



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**A INFÂNCIA SOB A ÓTICA DA DEPENDÊNCIA INTERNACIONAL:
UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NAS
VIVÊNCIAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES LATINO-AMERICANOS**

VICTORIA GIANNINI BEYERSDORF

Foz do Iguaçu
2023

**A INFÂNCIA SOB A ÓTICA DA DEPENDÊNCIA INTERNACIONAL:
UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NAS
VIVÊNCIAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES LATINO-AMERICANOS**

VICTORIA GIANNINI BEYERSDORF

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Professora Karen Honório
Co Orientador: Professor Ramon Blanco

Foz do Iguaçu
2023

VICTORIA GIANNINI BEYERSDORF

**A INFÂNCIA SOB A ÓTICA DA DEPENDÊNCIA INTERNACIONAL:
UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NAS
VIVÊNCIAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES LATINO-AMERICANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. (Titulação) (Nome do orientador)
UNILA

Coorientador: Prof. (Titulação) (Nome do orientador)
UNILA

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a UNILA, aos professores, colegas, amigos e outros funcionários da instituição por todo o aprendizado, dentro das salas de aula e pelos cantos da tríplice fronteira. A vida na fronteira trouxe diversos desafios e agradeço imensamente a todos que passaram e influenciaram os meus dias nesta cidade,

Quero agradecer a minha família. Principalmente minha mãe, Mila, e meu pai, Peter, por terem sempre me ensinado a olhar o mundo de forma crítica, mas ao mesmo tempo com empatia, procurando sempre trazer consciência para os nossos atos do dia a dia. Sempre com muito amor, carinho e confiança. Obrigada pela proteção e pelo amor.

As minhas irmãs, Pati e Pri, e ao meu irmão, Tho. Obrigada pela força mesmo distante, e obrigada por me aceitar do jeitinho que eu sou. O amor de vocês chega mesmo longe e a cada dia aprendo com vocês sobre paciência, diferença, carinho e ações positivas.

Aos membros da família que foram adicionados ao longo destes anos, Eric e Tão. Que chegaram de forma repentina, mas que com a calma e com o carinho se tornaram família. E aos meus sobrinhos, Fran, Nico e Mat, por terem me ensinado desde pequena sobre responsabilidade e carinho.

Aos meus tios e tias, primos e primas, e principalmente, a Grace e o César, por sempre me mostrarem o amor, e sempre estarem por perto nos momentos mais importantes, sempre me ensinando a ter fé.

À Mada e à Ni, que me ensinaram e me ensinam até hoje. E que me protegem em suas formas e crenças.

À Duda, por toda a paciência, companheirismo, amor e carinho, sem você este trabalho não teria sido finalizado e eu não seria o que sou hoje. Obrigada por acreditar em mim e por estar perto. E um agradecimento aos que vieram com ela, Fer, João e Ro.

As minhas amigas e amigos, que cultivei durante esses anos na minha vida, desde

aqueles da infância, aos que passaram pela vida adulta, àquelas que não estão mais presentes e às que não converso mais, mas que fizeram parte da minha construção.

As amigas de longa data, Gi, Rita, Carol, Fê, Helô, Paulinha e Clari, e aos meus amigos - irmãos Pepe e Esquilo. Que mesmo com a distância, estão ali para mim quando eu preciso, e eu para eles. Construindo uma relação de mais de 10 anos, em que cada um trouxe novas perspectivas, amor, e carinho de formas diversas.

As amigas e amigos de Foz do Iguaçu, Vic, Lud, Thamara, Nina, Laura, Ana, Ingrid, Duda, Lucas, Lari, Isa e Gabe, que passaram tanta coisa comigo, que me ajudaram a superar e viver o dia - a - dia nesta fronteira. E as minhas amigas de sala, Ana, Elaine, e Raí, que mesmo com conversas distantes e com as mil dificuldades de se encontrar fora de aula, me fizeram acreditar no meu potencial, e conseguir finalizar essa graduação.

E a todos que conheci ao longo dos anos no CISV. Aos meus líderes, staffs, companheiros, JC 's, crianças e amigos e amigas, que com suas histórias e vivências me ajudaram a criar uma consciência global. Me ensinando através da conversa e do carinho sobre a diversidade, instaurando uma curiosidade de conhecer o outro e de acreditar nas crianças e jovens, mesmo quando a fé na humanidade se vai.

E de forma clichê, aos animais que passaram por mim, e a Brejinha, que nos momentos que eu mais precisei estava ali para me trazer uma calma.

À minha Vó Eva, que através do aperto de mão e da ópera demonstra o carinho e amor por todos. E a todos aqueles que já não estão mais aqui, mas que participaram da construção de quem eu sou. Vô Florencio, Luandra, Marta, Cecilia, Oma, Opa, Vó Charlotte, e tantos outros mais, vocês fazem falta.

À minha orientadora Karen, pela paciência durante todo o processo e pela ajuda nos momentos de tensão, sempre trazendo pontos de forma respeitosa as críticas. E ao meu coorientador, Ramon, por todas as contribuições ao longo do processo.

E por fim, a todos aqueles que buscam ver soluções para um mundo tão cruel, e que através do movimento e da consciência social, buscam trazer novas formas de ver e construir o mundo.

*“Moleque fala, moleque corre
Moleque sangra, moleque morre
Moleque é criança esperando a bonança
Enxergando na peça a única esperança
(...)
Moleques são meninos, crianças são também
Nascer para ser tratado bem”*

(Criolo)

RESUMO

A realidade das crianças e adolescentes latino-americanos é afetada diretamente pelo capitalismo dependente. O presente Trabalho de Conclusão de Curso traz uma análise das infâncias nas (R)elações (I)nternacionais e das consequências do capitalismo dependente nas realidades e vivências das crianças e adolescentes latino-americanos. Realizando uma investigação com base no método materialista histórico-dialético, compreendendo a construção histórico-social da infância, a sua presença na agenda internacional e regional, relacionando com os conflitos sociais, econômicos, políticos e armados mundiais, e por fim compreendendo os efeitos destas divergências na vida dos indivíduos destacados e as abordagens da infância nas Relações Internacionais. O objeto do trabalho é abordado por meio dos conceitos de Interseccionalidade, Carla Akotirene (2019), de dialética da dependência, de Ruy Mauro Marini (2017), e do capitalismo dependente, de Vânia Bambirra (1979), utilizados em conjunto para a compreensão da estrutura social e econômica que impacta a infância na América Latina. É trazido também as contribuições dos Estudos para a Paz tendidos à vertente marxista, especificando os tipos de paz, a violência estrutural, e como que o conceito de paz pode ser lido a partir da América Latina. O argumento do trabalho é que o capitalismo dependente e as relações internacionais dos países latino-americanos, como consequência direta do primeiro, criam estruturas sociais e econômicas de acentuadas desigualdades para as crianças e adolescentes, colocando-os em situação de vulnerabilidade e insegurança. O trabalho está dividido em 3 capítulos. O primeiro traz definições sobre a infância, evidenciando a construção histórico-social e sua presença na agenda internacional e regional, assim como a presença do tema nas Relações Internacionais. O segundo capítulo apresenta a discussão teórica que baseia a abordagem do objeto, a partir da contribuição do debate marxista da dependência e dos Estudos Críticos para a Paz. No último capítulo serão apresentados os dados empíricos que evidenciam o argumento central do trabalho e como a “questão social” é derivada do capitalismo dependente na região.

Palavras Chaves: Infância, Relações Internacionais; Capitalismo Dependente; Violência Estrutural.

RESUMEN

La realidad de los niños y adolescentes latinoamericanos está directamente afectada por el capitalismo dependiente. El presente Trabajo Final de Curso aporta un análisis de la infancia en las (R)elaciones (I)nternacionales y las consecuencias del capitalismo dependiente en las realidades y vivencias de los niños y adolescentes latinoamericanos. Realizando una investigación basada en el método materialista histórico-dialéctico, comprendiendo la construcción histórico-social de la infancia, su presencia en la agenda internacional y regional, relacionándola con los conflictos sociales, económicos, políticos y armados mundiales, y finalmente comprendiendo los efectos de estas divergencias en la vida de los sujetos destacados y los abordajes de la infancia en las Relaciones Internacionales. El objeto del trabajo es abordado a través de los conceptos de Interseccionalidad, Carla Akotirene (2019), dialéctica de la dependencia, Ruy Mauro Marini (2017), y capitalismo dependiente, Vânia Bambirra (1979), utilizados en conjunto para la comprensión de la estructura social y económica que impacta la infancia en América Latina. También se traen las contribuciones de los Estudios de Paz tendientes a la vertiente marxista, especificando los tipos de paz, la violencia estructural, y cómo que el concepto de paz puede ser leído desde América Latina. El argumento de la obra es que el capitalismo dependiente y las relaciones internacionales de los países latinoamericanos, como consecuencia directa del primero, crean estructuras sociales y económicas de marcadas desigualdades para los niños y adolescentes, colocándolos en situaciones de vulnerabilidad e inseguridad. La obra se divide en tres capítulos. El primer capítulo proporciona definiciones sobre la infancia, destacando la construcción histórico-social y su presencia en la agenda internacional y regional, así como la presencia del tema en las Relaciones Internacionales. El segundo capítulo presenta la discusión teórica que fundamenta la aproximación al objeto, a partir del aporte del debate marxista sobre la dependencia y los Estudios Críticos de Paz. El último capítulo presentará los datos empíricos que destacan el argumento central del trabajo y cómo la "cuestión social" se deriva del capitalismo dependiente en la región

Palabras clave: Infancia, Relaciones Internacionales; Capitalismo dependiente; Violencia estructural.

ABSTRACT

The reality of Latin American children and adolescents is directly affected by dependent capitalism. The present Final Coursework brings an analysis of childhood in (I)nternational (R)relations and the consequences of dependent capitalism on the realities and experiences of Latin American children and adolescents. Conducting an investigation based on the historical-dialectical materialist method, understanding the historical-social construction of childhood, its presence on the international and regional agenda, relating it to world social, economic, political and armed conflicts, and finally understanding the effects of these divergences in the lives of the highlighted individuals and the approaches to childhood in International Relations. The object of the work is approached through the concepts of Intersectionality, Carla Akotirene (2019), dialectics of dependency, Ruy Mauro Marini (2017), and dependent capitalism, Vânia Bambirra (1979), used together for understanding the social and economic structure that impacts childhood in Latin America. It is also brought the contributions of Peace Studies tending to the Marxist strand, specifying the types of peace, structural violence, and how that the concept of peace can be read from Latin America. The argument of the paper is that dependent capitalism and the international relations of Latin American countries, as a direct consequence of the former, create social and economic structures of marked inequalities for children and adolescents, placing them in situations of vulnerability and insecurity. The paper is divided into three chapters. The first brings definitions about childhood, highlighting the historical-social construction and its presence in the international and regional agenda, as well as the presence of the theme in International Relations. The second chapter presents the theoretical discussion that bases the approach to the object, based on the contribution of the Marxist debate on dependency and Critical Peace Studies. The last chapter will present the empirical data that highlights the central argument of the work and how the "social question" is derived from dependent capitalism in the region.

Key Words: Childhood, International Relations; Dependent Capitalism; Structural Violence.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Definições de criança e adolescente nos Países da América Latina (sem considerar o Caribe) 17

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ACNUR	Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CISV	<i>Children's International Summer Village</i>
CORTE IDH	Corte Internacional dos Direitos Humanos
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, <i>Queer</i> , e outras orientações sexuais e identificações de gênero.
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-americana de Saúde,
OUA	Organização da Unidade Africana
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
RII	Relações Internacionais e Integração
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino Americana
YCL	<i>Youth Climate Leaders</i>

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	13
1. INFÂNCIAS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:	17
1.1. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA-SOCIAL DA INFÂNCIA E SUA PRESENÇA NA AGENDA INTERNACIONAL	17
1.2. CRIANÇAS NAS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	27
1.3. INTERSECCIONALIDADE, INFÂNCIA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.	35
1.4. CONCLUSÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO.....	39
2. AMÉRICA LATINA: A DEPENDÊNCIA COMO NEXO DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL 42	
2.1. DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA.	42
2.2. A DEPENDÊNCIA E A VULNERABILIDADE SOCIAL.....	51
2.3. CAPITALISMO, VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E PAZ NEGATIVA.....	58
2.4. CONCLUSÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO.....	66
3. AS CONSEQUÊNCIAS DO CAPITALISMO DEPENDENTE NAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES LATINO-AMERICANOS:.....	68
3.1. GÊNERO, RAÇA E CLASSE.....	68
3.2. POBREZA, INSEGURANÇA ALIMENTAR, FALTA DE EDUCAÇÃO, MORADIA, E SAÚDE E OUTRAS VIOLÊNCIAS.....	71
3.3. CONCLUSÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

INTRODUÇÃO

Ao analisar o sistema internacional capitalista, e as relações de dependência, fica evidente que certos grupos da população dos países considerados periféricos são mais vulneráveis. O efeito sequencial de desigualdades se transpõe do macro ao micro, passando pelo internacional, regional, e por fim doméstico. Relações sociais produzidas em base de um sistema competitivo e violento, as quais carregam resquícios de um período colonial e genocida nesses territórios. Na América Latina, o resultado após séculos de dependência formal e informal são de crise social, econômica e política, que aos poucos - com muita luta e resistência das populações - tenta quebrar as correntes do colonialismo que prendia e ainda prende.

A dependência econômica, social e política entre os países de centro e periferia carregam consequências de um desenvolvimento e independência que podem ser compreendidos como falsos nas margens do sistema. As relações de dependência podem ser compreendidas dentro de um arcabouço de continuação do sistema colonial, no sentido em que prevalecem os interesses imperialistas dos países centrais capitalistas, em que para a “roda” girar é necessário ter os que lucram e os que recebem o básico, ou menos. Mesmo sendo os países formalmente independentes.

Nesse cenário, a região latino-americana é um espaço de constante conflito, do político ao econômico, do armado ao pacifista, sendo ambiente propício para a exploração do centro. O espaço de guerra se forma, e a paz - ao ser analisada além da perspectiva da não-guerra - se mostra inexistente. As relações entre capitalismo, controle e violência (física, psicológica, institucional e estrutural) se evidenciam mais ainda, e assim ocorre o aumento de uma população marginalizada. As ações e limitações impostas pelo sistema se perpetuam do macro, em relações entre países centro e periferias, e no quesito micro - interno onde há parte da população privilegiada e parte lutando para sobreviver às nuances deste sistema.

Ao olhar para esta população vulnerável, vemos que alguns grupos dessas regiões são mais afetados pelas limitações do Estado e pelas relações do capitalismo dependente. Gerando uma área de conflitos e guerras internas e sociais, que aos olhos do sistema internacional não são analisadas como guerras, mas sim, como consequências do sistema moderno.

Partindo desta problemática apontada acima, este trabalho busca abordar os impactos das estruturas da dependência nos países latino-americanos, nas condições

de vida das crianças e adolescentes na região. O objetivo é questionar se a paz e a segurança existem de fato nos países latino-americanos, e como esses fatores podem ser compreendidos e questionados através da análise das desigualdades sociais. Busca-se também apontar quais os efeitos e consequências do capitalismo dependente nas vidas e realidades das crianças e adolescentes latino-americanas.

As crianças são as principais pessoas que sofrem as consequências de espaços de insegurança, mesmo que essas consequências sejam gradativas, às vezes silenciosas e bastante invisibilizadas.. O crescimento da criança é, direta ou indiretamente, afetado pela realidade em que vivem e por acontecimentos ao seu redor. Partindo disso, a pesquisa aborda como o sistema internacional impacta a segurança desses grupos.

Assim, é necessário analisar os efeitos e ameaças dos conflitos gerados pelas relações internacionais e pelo capitalismo dependente às crianças latino-americanas sob a ótica da violência estrutural e direta. Objetiva-se apontar quais são os direitos que a elas estão sendo negados e/ou negligenciados e quais expressões da “questão social” apresentam influências no seu crescimento, como a fome, a falta de educação, a pobreza, falta de acessibilidade, violências diversas, entre outros.

É importante entender que a criança é um sujeito internacional, e dentro de um espaço de conflito, ela apresenta um caráter duplo: vulnerável e marginalizado. Como elas são a base da nossa sociedade, as suas vivências refletem no futuro e na política atual, tanto internacional quanto nacional, e um dos objetivos desta pesquisa é trazer essa atenção da relação entre ambos. Trazendo um caráter decolonial, entendendo o que é a guerra para os países latino-americanos e periféricos, e como se reflete na construção social. Refletindo também como são as relações desiguais e os efeitos de um sistema capitalista, colonialista, imperialista, estruturado pelo racismo, machismo, capacitismo, classicismo e pela xenofobia.

Entende-se que compreensão da criança como uma peça importante para o xadrez internacional traz diversas contribuições para a área das Relações Internacionais, como entender os impactos da política internacional e seus efeitos negativos ou positivos na vida social. A pesquisa também busca contribuir com uma análise geral da infância nas abordagens dentro das (R)relações (I)internacionais, tema ainda pouco abordado. Dando enfoque para esta temática nos países latino-americanos articulando-a com as consequências da dependência contínua e de violências estruturais presentes nesses territórios.

Dentre os objetivos, o principal é analisar os efeitos e ameaças estruturais, sociais, econômicas e políticas nas realidades vividas pelas crianças e adolescentes que estão em ambientes de violência estrutural e de conflitos armados. E assim trazer uma atenção para o tópico das infâncias nas (R)relações (I)internacionais com foco em situações de conflitos, conceitualizando sobre a construção da paz e seus precedentes, como a paz negativa e positiva, a violência estrutural e direta e seus efeitos nas setorizações sociais, que por consequência afetam no bem-estar das crianças nestes espaços. Realizando a análise a partir de recortes sociais, principalmente de gênero, classe e raça. E identificando as categorizações da infância que sofrem com as consequências dos conflitos sociais nacionais e internacionais. E por fim, evidenciar quais são os efeitos do capitalismo dependente e as ameaças que os conflitos internacionais trazem para as crianças e adolescentes latino-americanas.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro intitulado Infância e as Relações Internacionais, são apresentadas as discussões sobre infância no campo social, as definições de criança e adolescente nos países da América Latina, e as aparições destes indivíduos na agenda internacional e regional. Evidenciamos as categorias de infância presentes dentro das discussões da sociedade internacional e a necessidade da atuação, e da percepção das crianças como um grupo duplamente vulnerável e marginalizado quando em espaço de conflitos armados e não armados. E apresentamos um dos instrumentos de análise para este Trabalho de Conclusão de Curso, a interseccionalidade por Carla Akotirene, como base inicial para compreender as relações sociais desenvolvidas pelo sistema capitalista, racista, patriarcal, cis heteronormativo e capacitista.

O segundo capítulo, aborda a base teórica do trabalho. Entre as principais teorias a serem discutidas temos os estudos para a paz direcionando para o marxismo apresentando uma análise materialista-histórico-dialética, entendendo que perante um sistema desigual a paz se torna impossível. Pensando na sociedade e no Estado-nação, dialogamos sobre os conceitos de necropolítica, violência estrutural, paz positiva x negativa, entre outros, que conversam junto da teoria da dependência e dos estudos para a paz formulando o direcionamento da crítica. São utilizados autores como Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra para discutir o capitalismo dependente e a dialética da dependência.

E por fim, no terceiro capítulo, a teoria e a contextualização se juntam aos dados, e aqui são apresentados os índices que evidenciam a vulnerabilidade das

crianças na América Latina, suas características, realidades, vivências, e a retenção de seus direitos. Entre os índices apresentados temos a pobreza, insegurança alimentar, falta de educação pública de qualidade, falta de moradia, englobados por violências estruturais, físicas, psicológicas, e institucionais. A compreensão da infância, dos efeitos do capitalismo dependente nas vivências destes indivíduos deve ser analisada de forma completa, partindo da construção histórico-social, compreendendo o papel social no sistema e os inserindo na agenda internacional.

1. INFÂNCIAS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

1.1. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA-SOCIAL DA INFÂNCIA E SUA PRESENÇA NA AGENDA INTERNACIONAL

As relações hierárquicas de dependência se constroem e se desenvolvem em diversos aspectos e suas consequências de estruturação se respaldam entre si. Partindo disso, nesse capítulo serão discutidas as relações etárias, analisando as crianças e as relações hierárquicas de poder internacional, pontuando os efeitos dos conflitos de poder entre os países do centro e da periferia.

Primeiramente, será abordado o tema das crianças em sua completude, e depois apresentá-las às relações internacionais e regionais. De acordo com a UNICEF, e a Convenção dos Direitos da Criança, *“considera-se como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, salvo quando, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioria seja alcançada antes”* (Art.1, UNICEF, 1990 a). Ao analisar as leis voltadas a infância na América Latina (desconsiderando o Caribe) foram encontradas as seguintes informações:

Tabela 1 - Definições de criança e adolescente nos Países da América Latina (sem considerar o Caribe)

Faixa etária e a qual categoria (Criança/Adolescente) ela se enquadra	Países Latino - Americanos (com exceção do Caribe)
0 a 12 anos - Criança 12 a 18 anos - Adolescente	Brasil, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Peru, México e Venezuela
0 a 13 anos - Criança 13 a 18 anos - Adolescente	Guatemala, Nicarágua, Paraguai e Uruguai
0 a 14 anos - Criança 14 a 18 anos - Adolescente	Chile
0 - 12 - Criança - Meninos 0 - 14 - Criança - Meninas <hr/> 12 - 18 anos - Adolescente - Meninos 14 - 18 anos - Adolescente - Meninas	Honduras

Definição a partir do conceito Internacional da UNICEF	Argentina e Equador
0 - 18 anos - Criança	
Informação incompleta e/ou inconclusa pela autora	El Salvador e Panamá

fonte: elaboração da autora ¹

As definições não se distinguem muito entre si, sendo possível afirmar que caso haja dúvida qualquer pessoa abaixo de 18 anos é considerada uma criança ou adolescente, os quais necessitam de proteção e cuidados, vemos como exemplo a definição proposta pelo Paraguai,

En caso de duda sobre la edad de una persona, se presumirá cuanto sigue: a) entre niño o adolescente, la condición de niño; y b) entre adolescente y adulto, la condición de adolescente. Se entenderá por adulto la persona que haya cumplido dieciocho años y hasta alcanzar la mayoría de edad (Art. 2, PARAGUAY, 2005)

Neste trabalho será discutido a criança e ao adolescente como uma categoria conjunta em análise.

De acordo com PAGNI (2010), a infância representa um estado negativo do ser, etimologicamente, se resume a aquele que não fala, assim a criança é definida a partir do “não ser”, do não saber fazer e da subordinação aos mais velhos, se resumindo a um ser inocente, que não vê o mal e não o reproduz, que está em constante avanço e evolução. Assim, os indivíduos que se enquadram dentro desta categoria, são compreendidos como pessoas que não tem possibilidade de escolhas próprias, seres subordinados e cópias das ações dos adultos e de seus genitores. Elas são uma reprodução de seus meios, da sociedade, da família e da escola, tendo as suas relações sociais influenciadas pela cultura, pelo social e pela história.

Desta forma devemos entender a infância dentro da construção histórico-social-cultural, que se baseia a partir das relações internacionais/externas entrelaçando com as relações nacionais, domésticas e na divisão sócio-racial-sexual do trabalho. No estudos sobre a história da infância temos como pioneiro Philippe

¹ A tabela apresentada foi elaborada pela autora, através de uma pesquisa nos códigos e estatutos da criança e do adolescente dos países listados.

Áries, o historiador afirma que,

A infância como conhecemos hoje foi uma criação de um tempo histórico e de condições socioculturais determinadas, sendo um engano ousar analisar todas as infâncias de todas as crianças com o mesmo enfoque. A compreensão da infância muda com o tempo e com os diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos, e até mesmo com as peculiaridades individuais (ARIÉS, 1981 *apud* BEZERRA LINS, 2018, p.124)

A infância como categoria foi uma concepção socialmente e historicamente construída, porém a categoria social, com papéis voltados a proteção e de especificidades das necessidades destas crianças foi uma invenção da modernidade. Antes nos séculos XVII as crianças ao demonstrarem sinais de amadurecimento e ao se tornarem o que hoje chamamos de adolescentes, tomavam as responsabilidades sociais de um adulto. Na modernidade estes jovens permanecem na zona de proteção e vistos como inocentes.

Frabboni (1998) define a infância a partir de 3 fases identitárias, evidenciando o papel social desde a época medieval até a contemporaneidade, **a infância negada**, **a infância institucionalizada** e **a infância de direitos**. A primeira diz respeito ao período dos séculos XIV e XV, uma época com cuidados precários em relação a higiene e a saúde, desta forma as crianças eram as primeiras a serem afetadas, tendo taxas altíssimas de mortalidade e de infanticídio, e àquelas que sobreviviam eram vistas como pequenos adultos, colocadas para aprender a partir dos adultos as suas funções, sendo-lhes negado o cuidado e a infância.

O seguinte período foi entre os séculos XVI e XIX, durante a revolução industrial o pensamento e o modelo econômico se modificaram, as relações sociais de famílias foram se solidificando em torno da família tradicional e das relações sociais do trabalho. A criança nesta fase se torna um indivíduo de destaque e de cuidado, visto como futuro da manutenção do capitalismo e da hereditariedade. Com a modificação de sociedade, o êxodo rural e a alienação do capitalismo, as crianças são direcionadas a espaços de cuidado e de ensino, se sedimentando uma hierarquização presente nos dias de hoje no embate de trabalho x escola, rico x pobre, e o direcionamento de direitos e de qualidades de vida a partir de posições de poder.

A última fase se situa no século XX, com a modernização, a globalização e a construção de um sistema internacional democrático e protecionista, as crianças e adolescentes passam a serem consideradas sujeitos de direitos, sendo inseridas em convenções, tratados e outras discussões mundiais e nacionais. Aqui vale pontuar

que por mais que o autor define como uma fase em que todas as crianças passam a ter seus direitos, esta prevenção permanece somente no papel e em países centrais e não na realidade dos jovens que vivem nas periferias do capitalismo, e principalmente àqueles de classes sociais baixas e não brancos.

A historiadora Mary Del Priore (2004), traz uma análise da construção social da infância no Brasil, evidenciando as desigualdades e as agressões que as crianças e adolescentes vêm sofrendo desde o período colonial. Iniciando a análise a partir das crianças nativas, eram vistas como seres a serem civilizados, controlados e educados, sendo dada esta função aos doutrinadores religiosos, mais especificamente os jesuítas.

De acordo com os religiosos, a infância era considerada como um momento ideal, no qual os pecados e maus hábitos ainda não haviam se estabelecido, era mais fácil trazer esta doutrina às crianças que ainda não tinham suas convicções ideológicas. Já as crianças negras, filhas e filhas de pessoas escravizadas, eram tratadas como futura mão de obra, sujeitos a serem educados nos modos coloniais através de agressões, e a seguir a ordem social imposta pelos colonizadores. Com a independência do Brasil Colônia e a Declaração da Independência, em 1822, uma nova ordem social no Brasil, particularmente, se desenvolve, trazendo uma institucionalização, citada anteriormente em que a criança se torna um sujeito de direito, porém, quem são essas crianças? e de onde elas vêm?

Esta discussão se torna presente em diversas camadas. No âmbito nacional, a segregação e desigualdade entre as crianças negras, indígenas, imigrantes, refugiadas, pobres e/ou com deficiência com as crianças brancas, de classes dominantes. Na visão internacional, a desigualdade entre as crianças de países centrais e as crianças de países periféricos do capitalismo. Algumas crianças e adolescentes são analisados pela sociedade com os olhares da época da primeira fase de Frabboni (1998), dos papéis citados por Del Priore (2004) no Brasil Colônia e por Philippe Ayres (1981) no começo da construção do conceito de criança, vistos como os pequenos adultos.

A infância está presente em diversas esferas do sistema e dos debates internacionais. E a emergência desta discussão se mostrava presente desde o começo do século XX, ou até mesmo antes. Por exemplo, quando vemos a presença de crianças em forças armadas lideradas por Hitler, ou mesmo ao analisarmos a quantidade de crianças migrantes que por necessidades de fugir e se refugiar de

guerras e demais conflitos se viram órfãos de famílias, e muitas vezes de nacionalidade. Os direitos das crianças devem ser discutidos em base global, e entendendo estes seres como um complexo de multi-vivências e de propagação de percepções vividas e geradas.

A temática foi introduzida na agenda internacional ao fim da segunda guerra mundial, em 1946, durante a Assembleia Geral da ONU. Quando foi criado o Fundo Internacional de Emergência para Crianças das Nações Unidas, que depois se tornaria o que conhecemos hoje como UNICEF, inicialmente sua construção era emergencial. Dentre as suas principais funções, eles tinham a responsabilidade, no pós-guerra, de fornecer assistência e socorro às crianças afetadas por conflitos. Em 1950, foi então decidido que era necessário que a UNICEF permanecesse agindo e realizando a manutenção da paz e do provimento de direitos para mulheres e crianças. (UNICEF, 1946)

Em momentos de guerra, os indivíduos perdem sua essência, seu papel determinante social, sua liberdade e a realidade. Desde os soldados atuantes, os civis revolucionários, os civis passivos - aqueles que não participam ativamente da guerra e nem dos atos de discórdia, estão apenas tentando viver e sendo afetados, porém sem necessidade de refúgio - e aqueles que não têm para onde ir.

Os efeitos das guerras são eternos, tanto nos indivíduos que participam, quanto naqueles que são afetados, os traumas que ficam impedem um desenvolvimento liberto, perpetuando em gerações futuras. Neste momento, ao pensar em contextos de guerra, deve vir na cabeça de cada um: adultos e homens, mas vou chamar atenção para as crianças soldados², elas podem ser definidas como:

[...] qualquer pessoa menor de 18 anos de idade que faça parte de qualquer tipo de força armada regular ou irregular ou grupo armado em qualquer capacidade, incluindo, mas não se limitando à cozinheiros, carregadores, mensageiros e qualquer pessoa que acompanhe esses grupos, que não sejam membros da família. A definição [também] inclui meninas recrutadas para fins sexuais e para casamento forçado, não se limitando, assim, apenas a crianças que portam ou têm armas (UNICEF, 1997, p.12; tradução nossa *apud* TENÓRIO, 2017, p. 112).

A discussão sobre crianças-soldados se inicia aqui, pois em 1949 ocorreu a Quarta Convenção de Genebra, na qual foi a primeira a trazer tratados voltados a proteção infantil relacionados ao Direito Internacional Humanitário, como: a provisão de abrigo,

² Este tema será tratado mais adiante com mais profundidade. Porém torna-se necessário a presença dele aqui por ser uma das temáticas mais presentes na discussão mundial acerca da infância.

de livre passagem, área *war-free*, o não abandono de órfãos, a proteção de direitos (CONVENÇÃO DE GENEBRA IV, 1949). E em 1977, foram gerados os protocolos adicionais que dizem respeito ao não recrutamento infantil (CONVENÇÃO DE GENEBRA IV, 1949).

Somente em 1989 - considerando o contexto internacional e não regional e nacional - que a discussão e a presença da infância voltaram à agenda. Quando ocorreu a Convenção dos Direitos da Criança, coordenada pela Assembleia Geral da ONU, foi ratificado por 196 países, e se tornou um dos principais instrumentos voltados aos direitos humanos e mais aceito legalmente na história universal. Após a sua ratificação foram adicionados três protocolos facultativos: Convenção sobre os Direitos da Criança sobre a Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Pornografia Infantil, em 2002; Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados, em 2002; e a Convenção sobre os Direitos da Criança sobre um Procedimento de Comunicações, em 2014 (UNICEF, 1989). O documento afirma,

Considerando que a criança deve estar plenamente preparada para uma vida independente na sociedade e deve ser educada de acordo com os ideais proclamados na Carta das Nações Unidas, especialmente com **espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade**; (UNICEF, 1989)

Dentre assuntos assinalados e direitos assegurados, a Convenção possui 54 artigos, detalhando sobre quais tipos de proteção, a quem, e o que fazer caso estes direitos sejam violados. Assegurando os direitos à vida, aos cuidados, ao desenvolvimento pessoal e social, a preservação de identidade, a liberdade expressão, a proteção pública e privada, a provimento de cuidados voltados à saúde, à liberdade religiosa, a educação, a alimentação - entre outros diversos que podem ser lidos na íntegra: Convenção sobre os Direitos da Criança - determinado que,

Art. 2. 1. Os Estados Partes devem respeitar os direitos enunciados na presente Convenção e assegurarão sua aplicação a cada criança em sua jurisdição, sem nenhum tipo de discriminação, independentemente de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, deficiência física, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais. (Art. 2.1, UNICEF, 1989)

Ao analisar atentamente, é fácil de compreender que o documento é de fato só um documento. O que quero dizer com isto? Significa que há a retificação deste e ele

existe em conceito teórico, porém, na prática, ainda há diversas sinuosidades, onde os Estados Partes falham em prover esses direitos, ao mesmo tempo que outros Estados Partes afetam a possibilidade da provisão destes direitos. Podemos ver os acontecimentos na Guerra da Rússia-Ucrânia, onde hospitais e maternidades foram bombardeados (BBC News, 2022). Ou mesmo, as realidades de crianças refugiadas, que às vezes precisam se separar de suas famílias, e outras vezes não sobrevivem para alcançar o seu destino, (ACNUR, 2021)

Nos anos seguintes, ocorreram alguns simpósios e outros eventos vinculados à infância. Em 1990, a Organização da Unidade Africana (OUA) adotou a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança, esta que foi estipulada a partir da necessidade de proteção das crianças africanas a tortura e tratamento desumano ou degradante. O artigo 16 especifica:

1. Os Estados Partes na presente Carta adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à proteção da criança contra todas as formas de tortura, ou de abusos físico ou mental, de descuido ou tratamento negligente, de maus tratos ou exploração, incluindo o abuso sexual, enquanto se encontrar à guarda dos pais, dos guardiões legais ou autoridades escolares ou ainda de outra pessoa que a tenha a seu cargo.
2. Tais medidas de proteção sob o presente artigo, deverão incluir, quando se mostre conveniente, processos eficazes para o estabelecimento de programas sociais destinados a assegurar a assistência necessária à criança e aquelas que dela cuidam, bem como outras formas de prevenção, de identificação, tratamento e acompanhamento ulterior dos casos de maus tratos da criança. (Art. 16, FECONGD, 1990)

E em 1997 ocorreu o Simpósio sobre Prevenção do Recrutamento de Crianças em Forças Armadas e sobre a Desmobilização e a Reintegração Social de Crianças Soldado na África. A razão de trazer sobre um evento regional específico, é para trazer atenção ao caso Latino-Americano, que não possui um instrumento regional específico para crianças soldados, ou crianças que foram afetadas pelas ditaduras. Porém “*não impediu a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) de emitir seu julgamento no caso Vargas-Areco, referente à responsabilidade internacional do Paraguai por violações dos direitos humanos de um adolescente recrutado pelo Exército Paraguai*”. (TENÓRIO, p. 120, 2017)

Em 1999 ocorre a Convenção no. 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nomeada como “Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação”. O trabalho infantil consiste em,

a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; b) utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de pornografia ou atuações pornográficas; c) utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes; d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança. (Artº3, OIT, 1999)

Assim, os Estados Partes afirmaram a sua colaboração para o fim do trabalho infantil, e pelo provimento de uma infância vivida, e não perdida em funções econômica. É um longo caminho para que estes acordos sejam realizados de forma efetiva, vide que diariamente vemos a necessidade de crianças de trabalhar para ajudar a família, para se autossustentar ou por obrigações diversas. O conflito do trabalho infantil ainda está presente na compra de uma roupa de marca barata, no menino/menina que fica no semáforo fazendo malabares, naquela criança que vem vender um *regalo*³ para alguém especial.

Por fim, em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas, com os Estados-membros definiram uma meta para 2030, desta forma criaram a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, composto por 17 pontos, *“os quais são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade”* (ONU BRASIL, s.d). Dentre os objetivos determinados temos: Erradicação da pobreza; Fome zero e agricultura sustentável; Saúde e bem-estar; Educação de qualidade; Igualdade de gênero; Água limpa e saneamento; Energia limpa e acessível; Trabalho decente e crescimento econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos; Indústria, inovação e infraestrutura; Redução das desigualdades; Cidades e comunidades sustentáveis; Consumo e produção responsáveis; Ação contra a mudança global do clima; Vida na água; Vida terrestre; Paz, justiça e instituições eficazes e Parcerias e meios de implementação.

Entre estes objetivos a infância se mostra presente em pelo menos 10 deles: Erradicação da pobreza; Fome zero; Boa saúde e bem-estar; Educação de qualidade; Igualdade de gênero; Água limpa e saneamento; Emprego digno e crescimento econômico; Redução das desigualdades; Cidades e comunidades sustentáveis e Paz,

³ *“regalo”* significa presente em espanhol, em uma dinâmica fronteiriça diariamente vemos crianças brasileiras, argentinas e paraguaias vendendo pequenas lembranças para serem presenteadas.

justiça e instituições fortes. A primeira infância deve ser levada com atenção, pois “investir no desenvolvimento da primeira infância é uma das estratégias de melhor custo-benefício para reduzir a pobreza” (PRIMEIRA INFÂNCIA EM PAUTA, s.d), ao reduzir a pobreza se torna mais viável a provimento de uma boa alimentação, de saúde, educação. É indispensável também as atuações dos Estados nas melhorias do dia a dia na cidade e na vida das crianças, a construção de escolas públicas de qualidade, o saneamento básico, a maior oferta de empregos para os adultos e o estímulo de políticas públicas que impulsionem a redução da desigualdade.

As atuações sociais dos Estados têm o dever de focar na família também, naqueles que cuidam das crianças e necessitam de meios para conseguir ter uma vida digna a si e aos outros. E enfim, se torna extremamente necessário o gerenciamento de um espaço pacífico, tanto doméstico quanto público, para um desenvolvimento justo e calmo, que a preocupação não seja se haverá violência ou não.

Ao refletir no contexto regional da América Latina e nas conferências e tratados acertados na região, a autora deste trabalho teve dificuldade em encontrar tais informações mais específicas. Sendo possível encontrar eventos das agendas nacionais dos países componentes nos últimos anos entre séculos, porém com mais dificuldade de se deparar com as informações do contexto regional, principalmente do século passado. Desta forma nos últimos 20 anos vemos o crescimento da pauta da infância no contexto latino-americano, através de acordos, leis, conferências, grupos de trabalho e tratados que visam providenciar recursos para que os direitos das crianças e dos adolescentes sejam solidificados. Aqui foi coletado convenções realizadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Mercosul.

Dos arquivos encontrados no século XX, vemos uma atuação da Organização dos Estados Americanos acerca do tema. Em 1989 ocorreram três convenções com foco relacionados infância A Convenção Interamericana sobre Obrigações Alimentares, que aponta sobre o direito de alimentação a todas as pessoas, sem importar a raça, sexo, etnia, situação migratório, ou qualquer outra forma de discriminação, sendo evidenciado a importância de enfoque nas pessoas abaixo dos 18 anos (CONVENCIÓN INTERAMERICANA SOBRE OBLIGACIONES ALIMENTARIAS Y SU ÁMBITO DE APLICACIÓN, 1989). A Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores que possui o objetivo de:

asegurar la pronta restitución de menores que tengan residencia habitual en uno de los Estados Parte y hayan sido trasladados ilegalmente desde cualquier Estado a un Estado Parte o que habiendo sido trasladados legalmente hubieren sido retenidos ilegalmente. Es también objeto de esta Convención hacer respetar el ejercicio del derecho de visita y el de custodia o guarda por parte de sus titulares. (CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE RESTITUIÇÃO INTERNACIONAL DE MENORES, 1989)

Solidificando junto às leis voltadas ao fim do tráfico infantil, voltadas a sequestros ou venda de menores, apresentadas na Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores. Esta convenção visa proteger os direitos fundamentais para os jovens, assim como a percepção do tráfico internacional de menores, apontando que os Estados Partes são obrigados a,

- a) garantir a proteção do menor, levando em consideração os seus interesses superiores;
- b) instituir entre os Estados Partes um sistema de cooperação jurídica que consagre a prevenção e a sanção do tráfico internacional de menores, bem como a adoção das disposições jurídicas e administrativas sobre a referida matéria com essa finalidade;
- c) assegurar a pronta restituição da menor vítima do tráfico internacional ao Estado onde tem residência habitual, levando em conta os interesses superiores do menor. (Artº1, CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE TRÁFICO INTERNACIONAL DE MENORES, 1994)

As Convenções apresentadas tiveram uma importante influência nos avanços da proteção às crianças e adolescentes. Evidenciando alguns dos pontos centrais de atuação e de políticas públicas necessárias vindos da parte institucional, dos Estados-Partes.

Por parte do Mercosul foram encontradas três atuações. Uma delas, foi a implementação da Estratégia Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual no Mercosul, em 2006, que possui o principal foco geográfico as cidades fronteiriças, propondo caminhos para os Estados-Partes inserirem política públicas para este enfrentamento de forma conjunta e individual. Em 2012, foi assinada a “Declaração de Princípios do Mercosul sobre Proteção Internacional dos Refugiados”, evidenciando a necessidade de política públicas voltadas ao abrigo e integração dos imigrantes ao país, assim como a proficiência no processo de ratificação de regularização migratória, apontando a importância da atenção às crianças e mulheres. E em abril de 2021, foi aprovado o acordo de proteção à criança e adolescente do Mercosul, *“que promulga o tratado do Mercosul para a criação de uma base de dados compartilhada sobre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de combater crimes*

como tráfico e sequestro de menores” (AGÊNCIA SENADO, 2021).

Há também outras diversas atuações de organizações internacionais e nacionais, governamentais e não governamentais que atuam diretamente com crianças e adolescentes. Elaborando intervenções, programas, kits, entre outros que prezam pela proteção, cuidado e busca de efetivação dos direitos providos aos jovens. Porém aqui foi decidido pontuar as atuações de organizações internacionais de blocos regionais acerca do tema, que trabalham para o controle dos efeitos dos conflitos armados, e sociais na região.

Entre momentos de guerra e de conflitos ao redor do mundo, são as crianças que fazem parte de um dos grupos vulneráveis, e conseqüentemente, as que mais sofrem com as conseqüências. Estas podem ser tanto em questão da construção histórica pessoal desses indivíduos, como também, passando por questões ideológicas e políticas, à de trauma e perdas, que serão carregadas ao longo de suas vidas. Elas estão em uma posição dupla: marginalização e vulnerabilidade. Primeiro, pois estão em territórios de vulnerabilidade cogitando a existência apesar dos direitos não providos, e segundo, por estarem sob perigos de violências diversas.

As crianças possuem um papel muito importante no cenário e no sistema internacional tendo uma conexão direta com a evolução da sociedade e representando escancaradamente as desigualdades presentes no mundo hoje, sendo necessário entender onde que ela se localiza nas relações de poder internacionais e nos efeitos de tais relações desiguais de poder. A questão a ser levantada também é, a discussão existe, porém as atuações são efetivas? E porque as crianças têm uma conexão direta com a evolução da sociedade, e por que elas são importantes para o futuro?

1.2. CRIANÇAS NAS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As relações internacionais e a disciplina das Relações Internacionais possuem diversas lacunas na discussão das infâncias. Durante a carreira universitária raramente é vista a discussão deste tema em aulas obrigatórias, palestras ou disciplinas optativas, quando o interesse surge é necessário a buscar em outros cursos como Serviço Social, Ciências Sociais, Pedagogia, Educomunicação, entre outros. Estas discussões se mostram presentes principalmente em faculdades que possuem pesquisadoras que focam nesta área.

É necessário analisar as crianças como protagonistas de um mundo futuro e atual, e entender onde do sistema internacional e em qual lugar das teorias elas

aparecem. Podemos assinalar que elas estão presentes desde o Direito, aos estudos sociais, às ciências sociológicas e políticas, como já apresentado na seção anterior, nas teorias das relações internacionais, nos estudos de organizações internacionais, as quais serão evidências ao longo deste trabalho, e outras possíveis disciplinas cursadas ao longo do período de graduação e pós-graduação.

Com isto assinalado, temos que refletir quais são as categorizações deixadas de lado tanto pelo caráter internacional, pela disciplina e pelos estudiosos do tema quanto pensado em crianças e adolescentes em áreas de conflitos. Como: crianças com deficiência, crianças racializadas, a imagem das crianças utilizadas na política internacional, jovens ativistas e agentes do Peacebuilding, as crianças militarizadas num geral (massacres em escolas, cultura da guerra através de jogos, filmes, patriotismo, e cultura do ódio etc.), crianças órfãs de conflitos, as relações de gênero presentes dentro da infância, as relações de crianças LGBTQ+, entre outras diversas categorias.

Ao analisar particularmente o curso de Relações Internacionais e Integração da Universidade da Integração Latino - Americana (UNILA), é identificável que a discussão do tema se mostrou evidente em materiais de gênero (PPC - RII, UNILA, 2013). Desta forma, a infância quando atreladas às Relações Internacionais enquanto disciplina, normalmente é vinculado aos estudos feministas e da relação mulher - mãe. Assim limitando o entendimento das singularidades de cada jovem com suas respectivas vivências, culturas, vulnerabilidades e presença no sistema internacional. Quanto também evidencia o pensamento patriarcal da função da mulher enquanto mãe perante a criança, a limitação da mulher ao filho e a designação dentro da divisão sexual do trabalho. Ao se falar sobre infância somente nas temáticas feministas, atrelamos automaticamente o cuidado e a compreensão da criança somente a mulher, e não apresentamos aos outros campos e categorias necessárias.

Partindo para o campo de pesquisas vemos uma atenção grande as Crianças Associadas a Conflitos Armados, Crianças Refugiadas e Crianças Militarizadas. Hoje em dia o tema se mostra mais evidente a interesse de diversos pesquisadores então é possível achar outras categorias estudadas e apresentadas, estas que serão analisadas e evidenciadas ao longo desta seção.

As “Crianças Associadas a Conflitos Armados”⁴, ou crianças-soldados, são

⁴ Nomenclatura acordada em 2007 nos Princípios e Compromisso de Paris.

aquelas crianças tiradas à sua inocência e que assumem papéis de adultos durante um estado de guerra, se envolvendo desde em carregar armas, a espiãs, cozinheiras, escravas sexuais, mensageiras, entre outros. (UNICEF, 1997). Antigamente era usado o termo especificamente para crianças em conflitos armados na África recrutadas por forças armadas nacionais ou grupos armados não-estatais (UNICEF, 1997). Porém, depois foi analisado que estes jovens em situação de vulnerabilidade estavam presentes em diversos continentes no Sul e no Norte, em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O comum é ver imagens de crianças-soldados carregando armas e as associando a agentes perigosos por terem acessos a armas de fogo e a estarem submetidas a uma construção teórica e prática vinda das forças armadas, realizando crimes humanitários. Eles não são os culpados, são vítimas dos sistemas instaurados, pela construção histórica cultural de seus países, pela construção internacional de dependências econômicas, políticas, militares, e sociais e pelas lutas de poder entre hegemonias as quais geram guerras, baseados em uma construção capitalista com uma base política na necropolítica⁵.

As razões para as crianças entrarem em situações de conflitos como atores ativos, denominados como crianças-soldados são diversas, indo de ações voluntárias a obrigações parentais e/ou institucionais. Emmanuel Jal, evidencia a sua vivência e a sua realidade enquanto uma ex-criança soldado, e as batalhas pessoais e físicas que teve que traçar para conseguir se libertar das opressões que viveu. (TED Talk, 2009)

Aqui se torna necessário evidenciar o recorte de gênero nas Crianças Associadas a Conflitos Armados e os efeitos diferenciados que estas têm em cima das meninas-soldados. As pessoas do gênero feminino tendem a ser silenciadas nos âmbitos das forças armadas e da atenção de políticas públicas, ao refletir sobre quais crianças são submetidas a estes cargos, as meninas não são as primeiras a virem ao pensamento, e sim os meninos (MARTUSCELLI, 2020). Consequentemente, elas sofrem múltiplas opressões e violências, motivadas pela invisibilização, pela posição social dada dentro destes espaços de conflito e na sociedade, e pela visão permissiva de que os homens adultos possuem em cima destas crianças.

⁵ Este conceito será trabalhado e apresentado subcapítulo: Interseccionalidade, Infância e as Relações Internacionais.

As meninas soldado, estando neste “outro” e retidas em uma posição de passividade e de submissão, são ainda mais excluídas que os meninos nos processos de reintegração social no pós-conflito, sendo suas oportunidades de emprego e educação bem mais limitadas. (TENÓRIO, 2017)

De acordo com Patrícia Nabuco Martuscelli e Leonardo Bandarra, a forma de recrutamento entre meninas e meninos é semelhante, porém, elas partem de espaços de opressão, de violências domésticas e estatais e enxergam as forças armadas, independentes ou estatais, como um lugar possivelmente seguro de tais agressões. Como já citado acima, as meninas não são vistas como fortes e não recebem o “papel comum” de um soldado, mas sim, a função da reprodução social e sexual dentro da sociedade comum que se reproduz nos espaços de conflito (TENÓRIO, 2007). Assim, estas recebem agressões de todas as partes, no passado, no presente e no futuro do conflito e de sua atuação, sendo necessário lidarem com os conflitos internos e externos gerados pelos traumas do sistema patriarcal e de guerra. Muitas vezes com poucas perspectivas de futuro e de próximos passos, pois já foram abandonadas pelo sistema internacional.

Uma das consequências geradas pelas guerras e pelos conflitos armados é a ideologia da militarização. A dicotomia, entre bom ou ruim, certo ou errado, nos leva sempre a reforçar marcadores universais, partindo da binaridade, definindo entre um e outro, desde os primeiros pensamentos e palavras, ou mesmo da construção do ser. As crianças são designadas a analisar entre um ou outro e setorizar em caixas o mundo e seus acontecimentos, a proteger o seu e o outro ser o errado. Ao trazer para uma análise global, as guerras e os conflitos se nutrem a partir do fortalecimento de uns e do enfraquecimento de outros, desta forma as relações se instauram a partir do ódio e do conflito, e do amor ao próprio país.

O patriotismo e o nacionalismo levam a militarização da sociedade e por consequência, também da infância. A militarização da infância mostra evidente na cultura pop, em filmes, séries e jogos que estimulam a agressividade e o confronto, porém o incentivo para ações voltadas à militarização não se inicia nos jogos, e sim na proliferação do ódio. No ano de 2023, o ataque a escolas infantis se intensificou no Brasil, a cultura da violência se desenvolveu de forma alarmante nos últimos anos, tendo os seus respaldos nas crianças. De acordo com Michele Prado, para a BBC, “o aumento da frequência dos ataques no país é fruto de um processo de radicalização online em massa que atinge principalmente o público jovem” (BBC, 2023). Danila di Pietro afirma,

De cinco anos para cá, passamos por uma banalização da violência. O uso de armas de fogo, de um discurso de ódio, separatista, racista, misógino, homofóbico, até por autoridades oficiais, com isso ganhando escala pública, tudo isso faz com que as pessoas que cultivavam esses valores no seu ambiente privado passem a ganhar corpo público" (BBC, 2023)

Desta forma o estímulo do ódio ao diferente e ao outro, se vinculando com a alta banalização da violência, e a utilização da violência como solução de conflitos, resulta em diversas formas de desenvolvimento da militarização.

Analisando em um contexto internacional e observando outros Estados, é notório os países que estimulam o patriotismo e a militarização dos jovens, desde escolas militares, a estimulação ativa de participação em exércitos. Países como Israel, Ucrânia, Rússia, Inglaterra e entre outros, as crianças crescem com a naturalidade de um dia entrar no exército como forma de ser patriota e de defender o seu país, esta seria uma questão cultural da construção da militarização na vida destes indivíduos. Conversando com alguns jovens israelenses que ainda não se alistaram, eles afirmam que não concordam com as agressões, mas que pelo medo e pela necessidade de proteção a suas famílias, querem defender o seu país. Ao conversar com aqueles que já passaram pelo exército, eles evidenciam e deixam explícito a naturalização da morte em confrontos, contextualizando que viram pessoas próximas morrerem em confrontos, e em suas vivências estes acontecimentos se tornam *práxis*.⁶

Os conflitos internacionais possuem diversos efeitos nas realidades das crianças afetadas por estes, a necessidade de se refugiar é uma delas. As pessoas refugiadas em geral possuem diferentes relações com os estados receptores, dependendo de onde vem, de sua aparência, e de qual conflito eles estão fugindo. Quando os refugiados são pessoas racializadas, vemos a negação, a limitação, e a xenofobia. A criança neste momento é duplamente vulnerável, primeiro por não ter a mesma cultura, língua e outras formas de aproximação, segundo, a criança já é em si um ser vulnerável, que necessita de cuidados e de atenção, e muitas vezes estas crianças já passaram por traumas envolvendo perdas, conflitos, assim necessitando uma atenção extra (ALVARENGA, 2019). Podemos ver o caso das crianças na guerra entre Rússia X Ucrânia, onde muitas tiveram que fugir sozinhas, tanto pelos pais não poderem sair do país ou por outros motivos extraordinários, em média 1 milhão de

⁶ Pesquisa realizada através de vivências próprias e conversas com israelenses entre 16 e 25 anos.

crianças fugiram da Ucrânia e entre essas 100 mil crianças órfãs durante o período do início da guerra 24 de fevereiro de 2022 até 19 de março de 2022, ou seja mais de 1 milhão de crianças em quase 1 mês (CNN Brasil, 2022). O que diferencia aqui seria a diferente forma de tratamento pelo sistema internacional em relação a estas crianças, quando são brancas, são aceitas e “salvas”, quando racializadas, afastadas.

As crianças refugiadas, assim como as crianças soldados, são vistas pelo sistema internacional como pequenos adultos, que já perderam a sua inocência e não são mais crianças vulneráveis, e sim pessoas que estão prontas para vida. A disciplina das relações internacionais tem um foco maior nesta temática, assim como nas crianças-soldados, desenvolvendo análises e atuações diretas com estas crianças. A comoção internacional se mostra presente nestas duas seções do tema, porém com os problemas apresentados anteriormente, a visão colonialista e de dependência, dificultam em uma atuação devida e efetiva.

Um ponto importante de se trazer em relação ao tema das crianças é a divulgação de imagens de forma apelativa e populista, desde elas sendo de crianças refugiadas, crianças em situações vulneráveis. As crianças são utilizadas de forma errada pelos governos para propagar a ideia através de imagens, falas forçadas e apelações propostas. A imagem de uma criança comove e transforma o pensamento de quem vê, assim acreditando no que o autor da foto e da ação tem vontade de propagar. Além de trazer a falsa sensação de confiança, ao ver uma pessoa cuidando de uma criança e sendo apreciada por elas, nossos cérebros acreditam que aquele seja uma pessoa de confiança.

Em 2012, o ex-presidente Jair Bolsonaro foi condenado pela Convenção sobre os Direitos da Criança, pela utilização de crianças fardadas em eventos políticos. (DE PAIVA, 2021). O ex-presidente, em diversas ocasiões, trouxe crianças e as associou às forças armadas, com armas, fardas e com gestos referentes a armas de fogo (DE PAIVA, 2021). A constante utilização desta imagem possui efeitos tanto na vida destas crianças quanto naquelas que assistem, quando o próprio presidente do país incentiva a militarização, a banalização da violência se instaura (DE PAIVA, 2021).

Com tantas revoltas com o sistema, se torna emergente os jovens ativistas que lutam pelos seus direitos e pelos dos outros, pelos direitos ambientais, sociais, entre outros. Trago os jovens ativistas, como participantes das associações: Youth Climate Leaders, Friday's for future, Fundo Malala, Youth for Future, CISV (Children's International Summer Village), Movimento Juvenil Indígena, Movimento Rise Up,

Juventude para a África Futura, entre outras diversas organizações que focam no jovem e na criança como uma peça fundamental para a mudança dentro do sistema capitalista. Sempre procurando a necessidade de ações diretas para apresentar propostas para que os direitos básicos humanos sejam fornecidos pelo estado nacional e internacional.

Os jovens são o futuro, por mais clichê que isso signifique. A educação, a consciência e o desenvolvimento dos jovens hoje refletirão no futuro e qual caminho certas áreas do mundo irão tomar. Como exemplo a ONG Internacional CISV, criada após a segunda guerra mundial pela psicopedagoga Doris Allen. Com o objetivo de promover a paz mundial a partir do compartilhamento de conhecimento e culturas entre crianças do mundo todo. Em que, em sua tese de doutorado, chegou à conclusão que a partir dos 11 anos as crianças passavam a aprender e desenvolver pensamento críticos que os levariam para a vida. Desta forma, afirma que através do conhecimento do outro em si e pela pessoa além das relações estatais, era possível alcançar uma paz mundial parcial, e alcançar um mundo mais justo e pacífico. Outro exemplo é a Youth Climate Leaders, trabalha no setor ambiental com foco no aquecimento global *“criado para enfrentar as duas maiores ameaças contra o futuro dos jovens: o desemprego estrutural e a crise climática”* (YCL, 2018), onde realizam encontros entre jovens e discutem com o objetivo de *“construir oportunidades para jovens liderarem solução para a crise climática”* (YCL, 2018). Desta forma se torna extremamente importante a escuta aos jovens, aos seus pedidos e necessidades, a visão plana e rasa de um acontecimento muitas vezes terá mais soluções do que alguém que já tem outras realidades presentes, o mundo muda, e as suas necessidades mudam constantemente, desde questões tecnológicas, a questões ambientais e sociais. A escuta e os estudos acerca do tema se evidenciam como uma das diversas soluções possíveis.

Recapitulando, as infâncias se mostram em diversas áreas das Relações Internacionais enquanto jogos políticos, porém também em questões de pesquisa acadêmica. No contexto internacional, um dos principais nomes é J. Marshall Beier, organizados do livro *“Discovering Childhood in International Relations”*, que consiste em uma coletânea de diversos artigos e temas acerca da infância nas relações internacionais, como: decolonização da infância (de Katrina Lee-Koo), a utilização da imagem das crianças pelas relações internacionais (de Helen Berents); a criança como agente internacional (de Anna Holtz Scheiter); Segurança das crianças, desde

aquelas envolvidas diretamente em conflitos, como as crianças soldados a aquelas que são afetadas pelas consequências dos conflitos (de Helen Brocklehurst, Victoria M. Basham, J. Marshall Beier e Jana Tabak); a relação da cultura pop com a militarização e com a pluralidade da infância (de Siobhán McEvoy-Levy, com colaboradores); a realidade das mulheres e meninas afetadas pelas guerras (de Lesley Pruitt) e um compilado de outras informações que centralizam a infância pontuando as políticas públicas existentes e necessárias, assim como outras atuações governamentais (de Alison M. S. Watson).

No contexto nacional e regional, temos um número crescente de pesquisas acerca do tema. O que há alguns anos era difícil de se localizar trabalhos acadêmicos com o foco em crianças e adolescentes dentro das Relações Internacionais, hoje em dia, já se torna mais fácil, temos como grandes referências no Brasil, Jana Tabak e Patrícia Nabuco, com as suas pesquisas acerca das crianças associadas a conflitos armados, e as reverberações do tema em outras áreas e subtemas.

Desta forma, o levantamento da pesquisa identificou os seguintes temas principais a serem trabalhados em trabalhos acadêmicos e outras pesquisas⁷, são: Crianças Associadas a Conflitos Armados; Crianças Refugiadas; Trabalho Infantil; Atuações de Organizações Internacionais, governamentais e não governamentais; Crianças Militarizadas; Direitos das Crianças; Primeira Infância, Segurança e a Insegurança, em espaços públicos e privados; Infanticídio; Peacebuilding; Políticas Públicas; e Crianças com Deficiência⁸. Por mais que temos muitos temas e muitas discussões do tema, elas se mostram presentes ao redor de quem se interessa pelo tema e procura mais informações, de forma que eles não se mostram presentes em salas de aula, poucas vezes em seminários, conferências ou convenções acadêmicas e outros ambientes acadêmicos. Em uma experiência pessoal, ao apresentar um artigo acerca do tema de crianças associadas a conflitos armados, era sempre colocada em seções que não conversam diretamente com o tema, porém eram os que mais se aproximavam. Como dito antes, a pesquisa e a inserção da criança e do adolescente nas teorias das Relações Internacionais é de extrema importância para entender pontos chaves dos desenvolvimentos da sociedade e das exigências para

⁷ É importante pontuar que, aqui, estamos trabalhando com um número limitado de pesquisa, desta forma, as afirmações apresentadas estão em referências às pesquisas encontradas pela autora deste trabalho. Sendo possível a presença de pesquisadores em outras áreas.

⁸ É possível encontrar alguns textos acerca destes temas nas referências bibliográficas deste trabalho.

um mundo futuro com justiça social, e encaminhamentos para um sistema mais equalitário.

As crianças entram nessa discussão para trazer uma perspectiva do que move os jovens, o que os empenhar e quais são os futuros possíveis com base nestes conhecimentos e vivências, e como o sistema internacional e a sociedade internacional podem se alterar e modificar ao longo dos próximos anos. A análise do contexto social e internacional com base na infância se manifesta em todas as particularidade estudadas ao longo da universidade e dos meios não oficiais, ao entender os efeitos das relações sociais na vida das crianças, entendemos presente, e o futuro, e nos permite a percepção e a modificação do que estaria por vir.

1.3. INTERSECCIONALIDADE, INFÂNCIA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

Ao analisar um grupo da sociedade ou categoria, devemos olhar de forma ampla, compreendendo suas particularidades, vivências, realidades, relações sociais etc. Partindo da análise através da interseccionalidade, que inclui múltiplas categorias, como ferramenta para entender os diversos resultados e consequências das atuações da sociedade voltada a grupos setoriais do sistema. O ser humano, deve ser analisado pela singularidade do ser, em conjunto com a visão externa da sociedade perante a sua identidade. Para apresentar este instrumento, é trazida à reflexão a partir do livro “Interseccionalidades” da Coleção Feminismos Plurais de Carla Akotirene (2019).

A autora traz diversas ativistas, pensadoras, professoras, entre outras diversas, para fomentar a discussão, evidenciando reflexões de Kimberlé Crenshaw, Lélia Gonzalez, Patrícia Hill Collins, Conceição Evaristo, Sojourner Truth, Harriet Tubman, Jurema Werneck, Sueli Carneiro, Oyèronké Oyèwúmi, Bibi Bakare, Sylvia Tamale, Chimamanda Ngozi Adichie, Maria Lugones, Grada Kilomba, Dra. Tanya Saunders, Rosa Parks, Angela Davis, Heliete Saffioti, entre outras. Cada uma delas com pensamentos concordantes em certos pontos, e ao mesmo tempo que criam um embate em outros, analisando de forma extensa e completa acerca de diversos tópicos que se envolvem com a interseccionalidade.

De acordo com Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade pode ser definida como:

A conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (AKOTIRENE, 2019, [p.47])

Desta forma, entende-se que a interseccionalidade quer questionar o sistema atual, entender como que as diversas formas de opressões arquitetam um sistema desigual e violento, e ao mesmo tempo pontuar as ações estatais e comunitárias a serem realizadas para o enfraquecimento do sistema racista, patriarcal, classista, cis heteronormativo e capacitista. E compreender como as violências deste sistema desigual reverberam em cada identidade de cada indivíduo com suas particularidades e da socialização desses sujeitos.

Quando olhamos para uma pessoa na rua, qual é a primeira coisa que você nota? Algo te incomoda? A orientação sexual, a cor de pele, a identidade sexual e/ou a expressão de gênero, a classe social, a etnia? Se uma mulher denuncia uma agressão, a sociedade acredita nela, ou se pergunta qual mulher é esta? Antes mesmo de decidir se solidarizar. E se outra menina, é abusada e decide que quer realizar um aborto, uma parte da sociedade levanta a bandeira pró-vida, designando uma responsabilidade a esta criança, pergunta antes o porquê de ela estar ali e indaga se realmente é o certo a ser feito? Os mesmos pró-vida, são aqueles que passam por crianças e jovens em situação de rua e se sentem ameaçados. Este controle da sociedade perante identidades e pessoais são consequências deste sistema racista, patriarcal, classista, cis heteronormativo e capacitista, de uma sociedade que escolhe antes “olhar a quem” e depois decidir “fazer o bem”, deste modo intensificando o medo ao outro.

De acordo com Akotirene,

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas. (AKOTIRENE, 2019, [p.30])

Assim, entendemos que não há uma hierarquização de identidades, ou um acúmulo destas, se entende como que as estruturas sociais modelam e socializam os sujeitos. Como que os indivíduos são moldados a partir das violências cometidas pelo Estado que são sujeitados a viver, e como que a sua realidade vivida e futura se modifica a partir dos atos de opressão, estes resquícios ainda de uma colonização genocida. Portanto, *“necessitamos compreender cisheteropatriarcado, capitalismo e racismo, coexistindo, como modeladores de experiências e subjetividades da colonização até os dias da colonialidade* (AKOTIRENE, 2019, [p. 35]). E ainda ousou acrescentar outras categorias como capacitismo e xenofobia.

Ao longo do texto a autora pontua diversos cenários de opressão e desigualdade. Criticando o feminismo branco, europeu e liberal, aponta que:

O epistemídio da teoria feminista produziu os altos índices de violência contra a mulher negra. Houve falta de metodologias adequadas às realidades das mulheres negras e a preocupação central com a categoria gênero, adiando a marcação racializada do fenômeno, discutida por Heliete Saffioti sobre simbiose do racismo, capitalismo e patriarcado A interseccionalidade pode fornecer os meios para lidar com outras marginalizações também. (AKOTIRENE, 2019, [p.46])

Desta forma o feminismo das redes sociais, não agrega todas as mulheres que existem e nem busca uma mudança efetiva e real na sociedade, se aloja no básico de *“dentro do apê, dizendo que é de esquerda, feminista, defende a mulher (...) deixando pra amanhã Há miliano que vocês tão queimando sutiã”* (FERREIRA, 2019)⁹. Ela aponta também que a necessidade de um feminismo interseccional, o qual parte do feminismo negro.

O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, (LGBTQ+), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras. Visto isto, não podemos mais ignorar o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos, vítimas das colisões múltiplas do capacitismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado e imperialismo. (AKOTIRENE, 2019, [p. 18])

Durante o livro, a conversa se entorna pelas mulheres, porém também contorna os homens negros. Entendidos pela sociedade como perigosos, a autora traz uma atenção para o tratamento voltado aos homens e meninos, pontuando as diversas

⁹ Trecho retirado da música “De Dentro do Ap” de Bia Ferreira.

agressões que recebem durante a vida. Pontuando que antes de gênero, temos a raça como um dos indicadores identitários. Alegando que em algumas áreas o homem, é oprimido pelo sistema racista, tanto quanto a mulher pelo sistema patriarcal, refletido nas abordagens policiais, nas relações com a mídia e a hiper sexualização, a educação pública e a permanência nela e no sistema carcerário. Assim,

Se, de um lado, nem todas as mulheres foram excluídas das indústrias e nem todos os negros foram excluídos do mercado de trabalho, somente a análise interseccional destacou a forma com que as mulheres negras sofrem a discriminação de gênero, dando múltiplas chances de interseccionar esta experiência. Quando ausentes os letramentos interseccionais para as abordagens feministas e antirracistas, ambos reforçam a opressão combatida pelo outro, prejudicando a cobertura dos direitos humanos. (AKOTIRENE, 2019, [p. 42-43])

Para quem os Direitos humanos são válidos? O Estado limita. E a polícia mata. A *“polícia que mata os homens no espaço público é a mesma que deixa as mulheres morrerem dentro de suas casas”* (AKOTIRENE, 2019, [p. 45]). E a autora afirma que,

enquanto as mulheres brancas têm medo de que seus filhos possam crescer e serem cooptados pelo patriarcado, as mulheres negras temem enterrar seus filhos vitimados pelas necropolíticas que confessional e militarmente matam e deixam morrer, contrariando o discurso cristão elitista-branco de valorização da vida e contra o aborto – que é um direito reprodutivo. (AKOTIRENE, 2019, [p.18])

Refletindo na análise da inserção das crianças e dos adolescentes na sociedade e do diálogo conjunto da interseccionalidade e a necropolítica. Este termo foi apresentado por Achille Mbembe, onde apresenta que a necropolítica é o poder do estado de ditar quem pode viver e quem deve morrer. (MBEMBE, 2018) Pensado a partir da biopolítica, existe a setorização de quem seria um risco em potencial e quem não apresenta nenhum risco à sociedade na visão do estado (MBEMBE, 2018). Assim, as reações da polícia, da população e do Estado nacional em relação aos indivíduos partem a partir desta política da morte, da reação sem reflexão e da morte como solução para acabar com os indivíduos que eles analisam como ameaças. (MBEMBE, 2018)

Vemos as diversas formas que as violências afetam o cotidiano destes jovens. De todos os lados, desde a física a psicológica, nos aspectos de (in)segurança a educação, alimentação, saúde, entre outras. A atuação estatal se modifica de acordo com as características do indivíduo, e uma criança negra não é vista pelo Estado da mesma forma que uma criança branca, por mais que sejam criadas Estatutos,

Conferências, Leis, e diversas outras formas de proteção e justiça. Na prática não se torna efetivo é necessário compreender que,

nem todo menor de idade é visto pela justiça como adolescente, já que as experiências geracionais são diferenciadas pelo racismo, transformando negros em menores e brancos em adolescentes durante as sentenças das medidas socioeducativas pelos juizados, quando raça e gênero se cruzam. Socialmente, a experiência de gênero racializada leva adolescentes a serem tratados como homens negros, com responsabilidades precoces de classe, que deram margens aos atos infracionais, às sentenças definidas e às discriminações que fluem em atenção às identidades interseccionais (AKOTIRENE, 2019, [p. 43])

Deste modo, as modificações da estrutura e da consciência social devem partir de uma análise interseccional, investigando todas as áreas em que as problemáticas da sociedade afetam. Compreendendo que o sistema capitalista, racista, patriarcal, cis heteronormativo e capacitista ainda carrega resquícios de um pensamento colonial, e determina e domina aqueles que são privilegiados pela segurança social, física, de alimentação, habitacional, entre outros. E aqueles que são afetados através de diversas violências e opressões pela sociedade, pelo meio estrutural e institucional.

1.4. CONCLUSÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO.

Ao longo deste capítulo, apresentamos a temática da infância, vinculando-a com as relações internacionais, tanto a agenda internacional e um regime internacional sobre infância, quanto na disciplina. Sendo evidenciado quem são estes indivíduos e sua construção histórica; os papéis das crianças e adolescentes nas relações entre Estados, e onde elas estão presentes nas conferências, eventos e fóruns; quais são as temáticas específicas que aparecem em pesquisas acadêmicas, e por fim, a necessidade de olhá-las a partir de uma análise partindo da interseccionalidade.

Abordou-se a partir de documentos oficiais a definição de criança e adolescente. Dos países apresentados 41% consideram adolescentes acima de 12 anos, 23% acima dos 13 anos, 5% acima dos 14 anos, 11% concordam com a definição apresentada pela UNICEF, 0 a 18 anos considerado criança, e outros 5% apresentam uma distinção entre crianças do sexo feminino e do sexo masculinos. Em seguida abordamos a construção histórica da infância e evidenciou-se como essa construção se dá nos momentos de negligência, a atuações de alta proteção, elas sendo vistas como meros indefesos e inocentes, a jovens prontos para trabalhar e a

terem responsabilidades destinadas a adultos. Pontuando as características destas crianças, e quais crianças eram vistas como foco de proteção e quais de negligência.

Após compreender a construção histórica e social destes indivíduos, evidenciamos as principais conferências, convenções, fóruns, e outros eventos em que o tema da infância estava presente. Partindo da Quarta Convenção de Genebra em 1949, logo após a Segunda Guerra Mundial, o objetivo central era a proteção de todos aqueles afetados pela guerra, alegando a necessidade da atenção às crianças afetadas, assim como a desmilitarização das crianças que estavam presentes ao longo da guerra. Atravessamos pela criação da UNICEF e pela Convenção da Criança em 1989, e passando por Observatórios e Simpósios voltados pela proteção de direitos das crianças, como o não - trabalho infantil, Prevenção do Recrutamento de Crianças em Forças Armadas, a prevenção ao tráfico infantil, e por fim apresentando a presença das crianças e adolescentes na Agenda 2030. Evidenciando as diversas áreas que a infância deve ser discutida.

Assim, trouxemos algumas abordagens possíveis para discussão das crianças e do adolescente nas Relações Internacionais. Evidencia-se ainda como no meio acadêmico à discussão do tema ainda é baixa, exemplificando o curso de Relações Internacionais e Integração da UNILA e a falta de abordagem desse tema em disciplinas e na bibliografia do curso. Especificamos os diversos campos em que se é possível inserir as crianças e adolescentes, evidenciando a necessidade de uma conversa voltada ao assunto. Como podemos entender o passado, o presente e querer entender o futuro, se não analisamos a partir das crianças de hoje e das do passado? Se não compreendemos o início, como compreenderíamos o meio?

Para isto, a interseccionalidade é um dos instrumentos a ser utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Compreender cada pessoa através de suas peculiaridades, entendendo como que a sociedade as analisa, e como que esta pessoa se insere nos meios. Atingindo a compreensão de que a sociedade e o Estado não reagem da mesma forma a todos os indivíduos, ocorrendo formas diferentes de intervenção de acordo com a cor de pele, a orientação sexual, a identidade de gênero, a eficiência, a etnia, a religião, entre outros mais. Em que o sistema racista e patriarcal dita as regras da sociedade, decidindo quem é justo e quem não é.

Desta forma, este capítulo trouxe uma análise geral sobre a infância nas Relações Internacionais. Passando pelas distintas definições jurídicas e histórico-sociais, apresentando onde o tema se apresenta na agenda internacional, resultando

na necessidade de mais discussões tanto na agenda quanto no meio acadêmico. Trazendo campos distintos em que a discussão poderia ser mais apresentada, e expondo a falta de atenção ao tema. Enfim, destacando um dos instrumentos principais para a análise neste trabalho, e em outras situações também, sendo este a interseccionalidade apresentada por Carla Akotirene.

2. AMÉRICA LATINA: A DEPENDÊNCIA COMO NEXO DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

2.1. DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA.

Este capítulo é a construção teórica para a crítica deste trabalho, tendo início neste subcapítulo a teoria da dependência na América Latina. As relações entre países partem de uma necessidade mútua, porém, os acordos em prol de cooperação nem sempre se tornam de fato algo benéfico para os dois lados, ou horizontal. O jogo político internacional possui interesses desde os primórdios das noções de Sul-Norte, Leste-Oeste, tais interesses que vão de questões econômicas a políticas, ambientais à agro, de sociais à compra de força de trabalho explorado.

As relações capitalistas de dependência são uma consequência de um sistema colonial baseado na exploração, opressão e controle, tanto pelo indivíduo como pelo caráter internacional. A propagação do macro/internacional ao micro/doméstico e vice-versa se tornam evidentes, assim como o controle se tomava as metrópoles pelas colônias, dos brancos pelos corpos negros e indígenas e dos europeus pelos corpos e territórios latino-americanos. Para o sistema funcionar, existem os que se beneficiam e aqueles que são levados a acreditar que estão sendo amparados, porém ao fim são prejudicados. Dentro deste sistema os meios de produção e a acumulação de capital ficam na mãos de poucos, e o valor que se produz no produto não tem concordância com o salário recebido pelo trabalhador, deste modo este recebe uma mínima parte dos lucros, dificultando uma ascensão social e uma justa troca na venda de sua mercadoria, a força de trabalho.

O desenvolvimento internacional econômico é o que rege e determina as relações. Para Immanuel Wallerstein (1974), dentro de seus estudos ele traz atenção para o Sistema Mundial Internacional e como ele funciona, apresentando que o sistema é embasado na divisão do trabalho internacional, em que cada setor possui uma função distinta da outra. Os setores seriam o núcleo, a periferia e a semiperiferia, o primeiro seria o industrializador, o segundo o que produz a matéria-prima e o terceiro algo entre os dois. Ou seja, dentro deste esquema há um sistema de hierarquia desigual, pois grande parte daquilo que produzem de matéria-prima é direcionado aos países centrais para que eles industrializem e comercializem, e ao colocar na balança econômica é possível notar que os valores são divergentes.

Deve-se entender no Sistema Mundial Internacional, através da divisão internacional do trabalho organizada pelo sistema capitalista, que este separa o mundo entre *soft*, economia dependentes e *hard*, estados que possuem meios próprios para se proteger de forças externas e se beneficiar a partir disso. Essas discrepâncias e relações hierárquicas geram a dificuldade de qualquer independência efetiva, pois o padrão estabelecido de trocas desiguais é planejado para que sempre haja os países poderosos e os súditos.

Para Prebisch¹⁰, o mundo era – e ainda é – regido pelo capitalismo, um mecanismo de trocas desiguais que gera a dependência dos do sul com os do norte, em que este método de produção limita o crescimento dos estados em desenvolvimento, pois os desenvolvidos se aproveitam do estado de superioridade para manter o sistema como está. Dentro desse sistema, o mundo seria dividido entre desenvolvidos e em desenvolvimento. Os primeiros seriam aqueles que industrializam os produtos e lucram mais em cima das vendas, e os do segundo grupo, seriam aqueles que fornecem a matéria prima e focam na produção. Além disso, as trocas econômicas são determinadas por meio da divisão internacional do trabalho, que seria essa separação entre aqueles que produzem e aqueles que industrializam, ou seja, a separação de funções de produção dentro do sistema internacional no foco da economia. (SARFATI, 2005)

Estas relações desiguais e de dependência trazem reflexos das relações imperialistas. Na visão de Lenin,

“o imperialismo é o estágio monopolista do capitalismo que pretendia continuar a partilha do globo entre as grandes potências capitalistas, ele reforça as desigualdades dos diferentes Estados e conduz em função das modificações da relação de forças, a nova partilha dos recursos do globo entre os monopólios. Isto implica, fatalmente, o recurso à força. O capitalismo no seu estágio supremo conduz portanto, necessariamente, a uma política agressiva e à guerra” (BRAILLARD, 1990: 122 *apud* PECEQUILO, 2004, p.166).

Em que são governados pelos interesses da burguesia como base para o desenvolvimento socioeconômico do país, e a partir disso ao sistema mundial internacional se regeria. Por mais que houvesse um escape desse esquema de hierarquia, as tentativas foram falhas, tal qual a Revolução Russa, em que acreditava que o ideal seria instaurar o socialismo em um Estado e assim exportá-la, como podemos ver, esse plano não se concretizou. Enfatizando a realidade que a opressão

¹⁰ Referente a época em que Prebisch foi secretário- Executivo da CEPAL entre 1950 e 1963.

e o controle começam no capitalismo, porém não se limitam somente a este sistema econômico.

Para entender as relações capitalistas e a relação de dependência, é necessário entender como que a exploração ocorre nos meios de trabalho e fora, e como a divisão internacional e sexual, racial e social do trabalho norteiam as relações de desigualdade existentes.

Partindo de Marx (2013), o mundo capitalista pode ser separado entre dois principais grupos, o proletariado, aquele que vende sua força de trabalho, e o capitalista o detentor dos meios de produção e aquele que compra a força de trabalho. A força de trabalho e os meios de produção são comprados pelo capitalista e depois são utilizadas para a produção de mercadoria, assim participando da formação de valor destes produtos. Os meios de produção são qualquer material/objeto necessário para a produção de “x” mercadoria, ou seja, lugar onde ocorre o trabalho, matéria-prima, máquinas etc. Normalmente são produzidas por outros meios capitalistas, como consequência transferem valor antigo, levando com si os seus valores de sua produção e ao passarem pela produção da mercadoria.

A força de trabalho é a mercadoria vendida pelo proletariado ao capitalista que resulta no trabalho (MARX, 2013). Ajuda na formação de valor das mercadorias, aderindo o valor de troca, definido a partir da quantidade de trabalho humano necessário para produzir o produto, representando a relação entre duas pessoas (comprador — vendedor, capitalista – proletariado), e o valor de uso, determinado pelas qualidades sensoriais da mercadoria, ou seja, só existe se esta ter alguma necessidade/utilidade social, nele também é materializado o trabalho útil/concreto. Para comprar da força de trabalho é utilizado o salário, ou seja, o capital variável que também é composto pela mais-valia, que aumenta o valor desse capital durante o processo de produção (MARX, 2013).

Este trabalho e a venda dessa força de trabalho gera mais-valia (ou mais valor), o qual é o resultado do excesso quantitativo de trabalho, ou seja, o valor do trabalho excedente é um fator muito importante na circulação de mercadoria e capital (MARX, 2013). Explicando de uma forma exemplificada: o proletariado vende a sua força de trabalho, tendo uma jornada de trabalho por dia de 9 horas, nas primeiras 3 horas ele já produz o equivalente ao seu próprio valor, mas ele continua produzindo a mercadoria durante as 6 horas seguintes. As três primeiras horas é o trabalho necessário, ou seja, tempo necessário para que o proletário produza o equivalente ao

que o capitalista irá lhe pagar, o salário. As 6 horas seguintes são consideradas o trabalho excedente, que resultam no acúmulo de mais-valia. O acúmulo de mais-valia é de extrema importância para o capitalista, sendo está uma das principais formas de exploração e de lucro ao fim do expediente.

O capitalismo industrial, vem das cidades, das indústrias, das empresas, do lucro e crescimento monetário do capitalista. Nasceu principalmente do processo de transformação do modelo feudal para a produção capitalista, de forma extensiva e com foco na mais-valia, para isso utilizavam, como já citado, da violência concentrada, obrigando o proletariado, sendo criança, homem ou mulher, trabalhar de forma extensa e cansativa, por uma quantia que não fazia jus ao seu trabalho. Deve ser levado em consideração também além do trabalho bruto, o trabalho socialmente necessário para que este trabalhador consiga vender a sua força de trabalho, assim,

Durante uma parte do dia, essa força tem de descansar, dormir; durante outra parte do dia, a pessoa tem de satisfazer outras necessidades físicas, como alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc. Além desses limites puramente físicos, há também limites morais que impedem o prolongamento da jornada de trabalho. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma dada época. (MARX, 2013. p. 391).

Essas “sociedade monopólio” fez com que a concentração de capital aumentasse, dessa forma com as manufaturas em expansão, *“as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado”* (Marx. 2013. P. 1001). Segundo Augier, se o dinheiro *“vem ao mundo com manchas naturais de sangue sobre uma de suas faces”, então o capital nasce escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés*” (MARX. 2013. P. 1010).

Estas relações apontadas dentro do caráter doméstico nacional, são reflexos das relações internacionais e das hierarquias presentes. Onde normalmente os países do centro e do Norte são considerados capitalistas exploratórios, e os países do centro e do Sul o proletariado, a mão de obra barata.

É importante acentuar que o capitalismo e os acordos internacionais são baseados em cima da relações de poder e segue os interesses daqueles no topo, a elite capitalista, e que as relações entre os Estados se basearão nestas vontades, caso esse “trono” seja tomado por outro tipo de elite, às relações internacionais podem se modificar. Porém, *“a estrutura econômica capitalista que gera a divisão internacional do trabalho não permite que um país modifique radicalmente a sua*

posição na estrutura internacional” (SARFATI, 2005 p. 138), assim evidenciando as dificuldades de se modificar a estrutura atual, no âmbito interno e externo.

Estas características e limitações da divisão internacional do trabalho e do sistema internacional, são concordantes com as relações domésticas nacionais. Refletindo uma intermitente situação de efeitos entre o macro e o micro, em que ambos se conversam, evidenciando a situação desigual gerada pelas relações hierárquicas.

Dentro da teoria da dependência é possível encontrar diversas vertentes, partindo de autores como Fernando Henrique Cardoso, Vânia Bambirra e Marini. Em seu livro “A Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, o ex-presidente FHC junto de Enzo Falleto (1993) traz quatro pontos importantes para se entender como esta hierarquia se forma e como entender as relações de dependências. A primeira noção a ser pontuada é a do desenvolvimento, tanto interna, os relacionamentos das classes sociais e o produto socioeconômico, quanto a externa, direcionada aos padrões dos relacionamentos estabelecidos pelos grupos dominantes com o restante do mundo, já citados anteriormente. O segundo ponto a ser analisado é o do subdesenvolvimento, também em ambos os caracteres, interno e externo, visando que quanto mais um país tem as relações desiguais de forma interna é propagado pela relação mundo e com o seu lugar dentro da divisão internacional do trabalho. O terceiro, também já foi pontuado previamente, e seria as relações e diferenças entre centro e periferia, que destaca as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial, sem levar em conta os fatores políticos e sociais na situação de dependência”. E por fim, umas das mais importantes para esta seção, a noção de dependência, em que os países em desenvolvimento vendem seus produtos por valores baixos, e assim os países desenvolvidos comercializam por valores altos as mercadorias já industrializadas, assim também monopolizando tanto o mercado como as tecnologias para tais ações.

O monopólio segue assim uma automatização de transformação e de controle do futuro, retendo a si a posição mais importante, ao ver dos países do centro, de indústria, de investimento na eficiência e na deficiência mundial longínqua. Mantendo para si a fase final, não permitindo que os países periféricos completem o ciclo do capital entre eles.

As análises sobre a teoria da dependência são vistas como um estudo do novo estágio do imperialismo e das relações de dependências econômica e política das

hegemonias, em que os países regidos por esta ordem seguem sendo explorados pelos países do “norte” e impossibilitados de sair dessa opressão. Uma continuação e consequência das relações coloniais de possessão e de controle da ordem mundial. Tais resultados que são evidenciadas através de resquícios violentos sociais, estruturais e estatais, de governos ilegítimos como as ditaduras na América Latina e pela dificuldade de se manter em relações políticas bilaterais e mútuas, com projetos benéficos para a sociedade

Aos olhos de Marini, a *“a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras — nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras — como deformações”* (MARINI, 2017, p. 325), se distanciando e se limitando em questões de evolução e desenvolvimento, quando comparadas a outras economias capitalistas avançadas. Tendo uma economia de base, ela sustenta o sistema manufatureiro europeu aumentando o fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento (MARINI, 2017).

Como citado antes, o capitalismo industrial internacional se fundamenta a partir da divisão internacional do trabalho, uma estrutura que determina quais são as funções de cada setor e categoria e o limite possível alcançado de independência e desenvolvimento da região, assim a dependência pode ser entendida como *“uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.”* (MARINI, 2017, 327), relações estas que se baseiam na produção de mais-valia relativa nos países industriais.

A mais-valia como já apresentada é o valor excedente de uma mercadoria, a qual está inserida na produção de mercadorias e no trabalho, gerando um lucro relativo ou absoluto ao capitalista, onde ele explora o proletariado para produzir mais que o que cabe dentro das horas vendidas e a relação com o salário do trabalhador. Assim, *“a acumulação passa a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador”* (MARINI, 2017, p. 328), é desta exploração que os países industriais se apoiam em cima dos países latino-americanos para produzir uma mais-valia relativa. Resultando em uma relação contraditória, pois o aumento da exploração se torna a moeda de troca, não sendo realizada o trânsito entre a mais valia absoluta e a relativa. A produção de mais valia relativa nos países industriais, *“é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das*

condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho” (MARINI, 2017. p. 328), gerando assim uma superexploração, onde aquele que trabalha não recebe o devido em proporções de lucro que o capitalista produz.

Desta forma, o capitalista tem mais interesse em uma superexploração do trabalho onde, mesmo que o trabalhador aumente a sua produtividade, a produção irá se intensificar e aumentar, porém o valor direcionado a força de trabalho não alteraria. Assim, a mercadoria possui um valor individual menor em relação às condições gerais de produção e pensadas primeiramente a este produto, produzindo uma mais valia extraordinária, que entre em um confronto de mercados alterando *“a repartição geral da mais-valia entre os diversos capitalistas, ao traduzir-se em lucro extraordinário, mas não modifica o grau de exploração do trabalho na economia ou no setor considerado, ou seja, não incide na taxa de mais-valia”* (MARINI, 2017. p. 329). Com foco na produção de mais-valia, os estados do centro focam em contratar mão de obra barata e insumos/ matérias-primas vindas de países periféricos.

A economia latino-americana se insere na economia capitalista mundial *“para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais”* (MARINI, 2017. p. 337). Esta participação é contraditória devido a *“um aumento da capacidade produtiva do trabalho que acarreta um consumo mais que proporcional de matérias primas”*, ou seja, quanto maior produtividade e menor o valor do capital variável em relação ao capital constante, a composição do valor do capital aumenta, gerando mais lucro apropriado pelo capitalista. Estas contradições geram um impasse, já que *“o aumento da oferta mundial de alimentos e matérias primas tem sido acompanhado da queda dos preços desses produtos, relativamente ao preço alcançado pelas manufaturas”* (MARINI, 2017. p. 330), gerando uma depreciação da matéria-prima e a desvalorização do trabalho.

Para suprir a perda de mais-valia, a superexploração torna-se o mecanismo que os capitalistas das economias periféricas encontraram para compensar a desvantagem de troca com as economias do centro, durante o período que escreveu, essa superexploração ocorria, principalmente, no pagamento de salários baixos que sequer eram capazes de permitir uma reprodução adequada da vida do trabalhador. Em tempos atuais, em que a dependência das economias periféricas as economias centrais e vice-versa está em uma etapa muito mais avançada, a superexploração é acentuada. Tendo a base pelo alto número de pessoas na área do desemprego e subemprego – aspectos estruturais das sociedades latino-americanas – são vistas

duas categorias: os trabalhadores que conseguem emprego são superexplorados cada vez mais, e os trabalhadores nessas condições passam a lutar para sobreviver dia-após-dia. Não possibilitando uma maior coletividade e ação em conjunto para lutar contra a desigualdade. São utilizados três mecanismos principais para esta superexploração, “*a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho*” (MARINI, 2017. p. 334), estes meios transformam o proletariado em uma máquina que não possui tempo socialmente necessário para produzir tal mercadoria.

Em relação exploração em massa na América Latina, Marini aponta que:

as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. (...) não nos basta continuar trabalhando simplesmente a noção de troca entre nações, mas devemos encarar o fato de que, no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação (MARINI, 2017. p. 332).

Assim se torna um ciclo vicioso de exploração em que os países industriais exploram os países periféricos, que por consequência, os capitalistas desses países superam a exploração do proletariado. Criando uma espiral de relações de exploração e dependência, que fazem com que o sistema capitalista siga girando.

O ciclo do capital na economia dependente, a partir do ponto de vista do país dependente, possui dois momentos fundamentais: a produção e circulação da mercadoria, cenário que se distancia da economia mundial, devido a separação de ambas. A produção se torna o ponto A, e a circulação da mercadoria o ponto X, onde entre ambos muitos caminhos e modificações foram feitas e assim o proletariado já não é visto na produção de determinada mercadoria, e se torna também presente na circulação da tal, quando não limitado pelo salário mal pago. Assim, “*a economia exportadora se mostra como uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias*” (MARINI, 2017. p. 338).

Esta forma de remuneração se torna desigual e insuficiente para o sustento do trabalhador, sendo listado a partir de Marini, por Roberta Traspadini e João Pedro Stedile 5 motivos principais para tal: 1. a mão de obra abundante que carrega em si heranças do colonialismo e do trabalho escravo o qual resulta em um trabalho

assalariado precário; 2. as estruturas sindicais débeis, os quais corroboram com o sistema ao invés de lutar contra; 3. uma classe operaria jovem, sem acúmulo ideológico de um projeto socialista; 4. o poder da burguesia nacional diretamente associado aos interesses da burguesia internacional e 5. um estado que corresponde ao modo de reprodução do capital. (STEDILE; TRASPADINI. 2005, p.35).

Por mais que o trabalhador esteja presente na circulação do produto, um dos resultados desta relação de dependência e de produção para os países do norte gera um desfalque dentro da região latino-americana, onde a produção se torna extensa, porém o consumo interno não condiz com os números. Este seria uma das principais problemáticas resultadas da dependência econômica, a alta demanda de venda para o exterior e uma atenção em suprir as vontades e necessidades dos países imperialistas, enquanto os países latino-americanos passam por uma crise de insegurança alimentar. Refletindo sobre uma quebra desta relação cíclica seria necessário uma *“revolução produtiva interna’ (...) visando sua modernização baseada em três pilares: substituição de importações, fortalecimento estatal e coalizões com países semelhantes”*. (PECEQUILO, 2004, p. 169). Esta possível forma levante pode gerar formas contraditórias, gerando subcategorias de exploração entre países periféricos, ou melhor entre os países periféricos e semiperiféricos.

Assim o que se evidencia nas relações entre os países da América Latina, e mais particularmente entre o Brasil e demais Estados da região é a presença do sub-imperialismo, este sendo *“o papel que as economias subdesenvolvidas executaram com relação às demais econômicas na mesma situação, a partir da forma como se estabelece a divisão internacional do trabalho”* (STEDILE; TRASPADINI. 2005, p.36). Desta forma eles reproduzem no interior de suas economias os mecanismos de dependência e exploração que são sujeitos pelos países centrais do Norte (STEDILE; TRASPADINI. 2005). Este sendo um dos marcos presentes no capitalismo dependente, e reproduzidos entre todas as categorias hierárquicas, o qual não necessariamente é um *fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente*, (MARINI, 2017. p.345) porém que se evidencia na economia brasileira devido ao processo de industrialização e presença na economia internacional

É necessário analisar a dinâmica internacional com os olhos do terceiro mundo, vendo as relações de dependência enraizadas historicamente e de difícil ruptura. Importante também para entender a ‘falsa independência’ econômica e política em

que se acredita que a América Latina e outros países em desenvolvimento se encontram. Ela escancara a necessidade de uma independência real, voltada a atenção das classes sociais e suas desigualdades, e à ampliando para o esquema internacional, evidenciando as relações de exploração existentes no contexto geral, tanto interno como externo. Refletindo sobre os efeitos que esta dependência tem nas relações sociais dos países periféricos, e a proliferação de um estado de conflito e violência, em decorrência de uma atuação.

2.2. A DEPENDÊNCIA E A VULNERABILIDADE SOCIAL

Ao longo do capítulo, compreendemos como que a dependência na América Latina se reverbera, desde as relações sociais capitalistas, explicadas por Marx, às relações hierárquicas baseadas no imperialismo, à teoria da dependência aos olhos de Marini. Como alguns dos efeitos do sistema dependente na América Latina e em outros países periféricos do capitalismo, foi possível identificar a perseverança da paz negativa e dos efeitos do controle do Estado e das guerras sociais geradas, perpetuando através da violência estrutural - institucional, necropolítica e do controle estatal. E por fim, será discutido nesta seção: como a dependência econômica-política-social reproduz dentro destes países dependentes expressões da “questão social” mais intensas do que países centrais.

Primeiro, é evidente que a América Latina, sendo uma das periferias do capitalismo¹¹, tem a força de trabalho superexploração,

A superexploração da força de trabalho é, portanto, o mecanismo utilizado pelo desenvolvimento capitalista dependente para fazer frente a esta transformação na acumulação de capital dos países centrais (...) Diminuindo o valor relativo da força de trabalho nestes países, já que opera com a exportação de bens mais intensivos em trabalho e permite a transferência de um valor de que não pode abrir mão o capitalismo central (para operar contra tendencialmente em relação à diminuição da taxa de lucro), a periferia do sistema requer a elevação do grau de exploração de suas classes trabalhadoras. (ROCHA, 2018. p. 8)

A necessidade de produção exacerbada em prol da acumulação de capital de uma nação externa, leva a superexploração e um sistema violento, a superexploração leva a trabalhos com remunerações não dignas¹², que levam a desigualdade social. Onde

¹¹ Periferias do Capitalismo é um termo econômico utilizado para denominar países que estão inseridos no sistema capitalismo, porém não estão no centro, estão na base/margens da produção capitalista, dependente economicamente dos países do centro para serem inseridos na produção de mercadorias.

¹² Trabalhos desvalorizados e colocados em segundo plano ao pensar em trabalhos “eficientes” para a reprodução do capitalismo”, resultando em uma remuneração que não supre as necessidades do

os sujeitos vulneráveis possuem os seus direitos violados dentro dos meios de produção dominados pelo capitalista, como também no dia-a dia, como a falta de moradia, de alimentação, transporte de qualidade, pagamento digno, saúde.

Como já citado anteriormente, a não provimento dos direitos se converte em uma forma de violência e tais atos violentos, presentes de diversas formas, se tornam parte da socialização dos indivíduos sujeitos entre si, e com o Estado e suas entidades, atingindo desde os mais novos aos mais velhos. E sempre se tornando bastante evidente a raça e a classe daqueles afetados por um estado de guerra invisibilizado, *“a sociabilidade pela violência é resultante desse ordenamento social da colonialidade do poder”*. (DE OLIVEIRA, 2018, p. 56)

A base histórica desta sociabilização é a “herança” de um período colonial genocida, que ao se transformar para um sistema capitalista permaneceu com as relações hierárquicas gerando uma divisão, internacional e nacional do trabalho social patriarcal e racista, em que a alienação vai além da produção da mercadoria, e se torna presente também na forma de uma “indústria da violência”, onde há uma *colocação do sujeito da violência dentro de uma perspectiva social, de individualizando-o e interpelando-o como um sujeito social com determinado papel institucionalizado*” (DE OLIVEIRA, 2018, p. 44).

De acordo com Marini, *“o sistema misto de servidão e de trabalho assalariado que se estabelece no Brasil, ao se desenvolver a economia de exportação para o mercado mundial, é uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo”* (MARINI, 2017, p 336). Com o crescimento do sistema capitalismo, e o mercado mundial se expande de forma exacerbada, porém controlada, *“o uso da violência política e militar para explorar as nações débeis se torna supérfluo, e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações”* (MARINI, 2017, p. 331).

O capitalismo dependente gera competição, luta de poderes e uma construção falsa de justiça, em que os pobres trabalham para sobreviver e morrem tentando viver dentro de um sistema que não se importa com eles. De acordo com Bamberra.

trabalhador e explora a sua mão de obra. Contraditoriamente estes trabalhos são os trabalhos essenciais para a reprodução e manutenção das relações sociais e sexuais do capitalismo. As pessoas que ocupam este espaço normalmente são, imigrantes, mulheres, negras, indígenas, pobres e pessoas com deficiência.

El desarrollo del capitalismo industrial dependiente no ha implicado por consiguiente el desarrollo de un proceso revolucionario en el sentido de la toma de poder por nuevas clases y de la transformación radical de relaciones de producción bajo la cual se asentaban las viejas clases, como lo ha hecho la burguesía europea. Tal diferencia se explica [...] porque las relaciones de producción típicamente capitalistas se desarrollan en el continente inicialmente en el sector exportador – lo que es ya una característica especial y distintiva del capitalismo dependiente – y es aún bajo su dependencia que se generan las condiciones, no sólo para el surgimiento, sino también para la evolución del capitalismo industrial. Y, durante un largo período, hasta que la dinámica inexorable de la industria se afirme definitivamente sobre el conjunto de la sociedad, lo que define el carácter de estas sociedades en Latinoamérica es la coexistencia de varios modos de producción (BAMBIRRA, 1979, p. 46).

Assim, estas relações de dependência, além de terem um efeito econômico nos países, se tornam presentes também nos espaços sociais e estruturais dos países latino-americanos, *“a dependência, embora constitua um fenômeno geral aos países latino-americanos, assume formas e magnitudes distintas de acordo com as especificidades de cada formação social”* (BICHIR, 2022 p. 182). Vânia Bambirra divide a América Latina em países do grupo A e países do grupo B, no primeiro grupo temos México, Brasil, Argentina, Uruguai, Colômbia e Chile, no segundo, Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba. E há também um terceiro, que a autora identifica como aqueles que não se industrializam de forma diversa e possuem a estrutura agrária exportadora, Paraguai e Haiti (BAMBIRRA, 2012).

Os países de tipo A, são aqueles que na fase de integração monopolista mundial, já possuíam estruturas diversificadas e um processo de industrialização em expansão e podem se apresentar como sub imperialistas. E que dentro de suas necessidades no processo de modernização, os sistemas produtivos se modificam a partir da combinação entre um aumento da produção de matéria-prima e dos produtos agrícolas em prol de atender às exigências do crescimento acelerado da industrialização, e ainda tendo condições de ter um processo com conteúdo nacional. Nestes países o sistema de dominação é consequência de uma “revolução burguesa” que não teve uma ruptura efetiva com o antigo sistema oligárquico, resultando em poder político e econômico centrado nas classes dominantes (BICHIR, 2022).

Já os países do tipo B possuem um sistema de dominação pelas classes dominantes dos países imperialistas - empresários estrangeiros - que lideram as relações econômicas capitalistas dentro desses países. Resultado de um processo de

industrialização no pós-guerra, que obteve auxílio e investimento de países estrangeiros, e que é “*produto do processo de integração monopolista mundial, estando desde seu início subordinada aos interesses do capital estrangeiro*”. (BICHIR, 2022. p, 184).

Em relação aos diferentes cenários econômicos e as reproduções sociais, Marini aponta que

de acordo com o grau de desenvolvimento das economias nacionais que integram o sistema, e do que se verifica nos setores que compõem cada uma delas, a maior ou menor incidência de formas de exploração e a configuração específica que elas assumem modificam qualitativamente a maneira como ali incidem as leis de movimento do sistema e, em particular, a lei geral da acumulação do capital. É por essa razão que a chamada marginalidade social não pode ser tratada independentemente do modo como se entrelaçam nas economias dependentes o aumento da produtividade do trabalho, que deriva da importação de tecnologia, com a maior exploração do trabalhador, que esse aumento da produtividade torna possível. (MARINI, 2017, p. 352)

Assim evidenciando que para analisar de forma correta a realidade social dos países dependentes, é necessário olhá-los com as peculiaridades que possuem. Entendendo a partir do estudo histórico-cultural, se mesclando com o econômico-social. Compreendendo também as construções de monopólio e controle.

Nos países do primeiro grupo, o Estado tem uma participação maior nos processos de industrialização, já no segundo grupo o controle do processo de industrialização era feito pelos empresários estrangeiros. Em ambos os casos o Estado se apresenta dentro do sistema de dominação, se desenvolvendo com foco nos interesses da acumulação de capital das classes dominantes no âmbito nacional, e se ajustando aos interesses do capital estrangeiro dentro do conceito nacional e da presença no sistema internacional. O Estado tenta passar uma caráter de liderança política carismática, de acordo com Bambilra,

el papel del Estado iba más allá de aquel de benefactor y se le hacia actuar como un Estado empresario, o sea, un Estado que llama para sí no sólo a las tareas de ‘regulador de la vida social’, sino además de promotor directo de todas aquellas obras de infraestructura indispensables para el desarrollo de la empresa capitalista moderna (BAMBIRRA, 1979, p.62)

A atuação de um empresário, gerente de uma empresa se baseia na superprodução e no lucro, instaurando posições hierárquicas de poder cada uma com a sua função, cada pessoa ou grupo controlados por um chefe que define a partir dos trabalhos apresentados se a pessoa merece estar ali e se ainda se mostra útil para a produção e venda da mercadoria - seja ela qual que for, desde a força de trabalho a

uma mercadoria física. Com o tempo as posições modificam, se intercalam, mas os cenários parecem os mesmos, mesmas caras, ou parecidas, muitos brancos, homens, cisgêneros, sem deficiência, em posições de poder, e muitos negros, imigrantes, mulheres, em espaços de “cotas” em um cenário que se modifica mais, sendo mais volátil e descartável.

Essa conjuntura que apresentei tem relação com a construção social e com as escolhas e controles do Estado, os quais possuem referências a uma marginalização social construídas a partir de um sistema racista, que teve o início no período colonial, tanto pelo contexto histórico como pela questão linguística e de identidade, Quijano evidencia que,

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocêntrico como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico (QUIJANO, 2005, p. 117).

Assim, desde a colonização a América Latina é vista como um terra de mão de obra barata, ou não assalariada, em que existiam as raças dominadas e inferiores.

A solução para uma dominação mais efetiva em suas visões foi a utilização da violência e da privação da liberdade. Definindo a partir da raça quem trabalharia de forma assalariada e quem seria escravizado. Em alguns países onde os povos indígenas se revoltaram contra o sistema opressor ocorreu o genocídio em massa, como na Argentina, em outros países foi feito de forma extensa, sendo utilizados como mão de obra descartável. Desta forma,

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. (QUIJANO, 2005, p. 120).

É através desta segregação e da implicação de uma inferioridade racial, definidas por Estados Estrangeiros às relatividade de civilização e de meritocracia, instituindo uma alienação nacional tanto na população, quanto no Estado soberano que se institui a

partir da socialização da violência, um monopólio da violência resultado de uma síntese da racionalidade da coletividade social (MBEMBE, 2016). Tal soberania que lhe apresenta o “direito de matar”, é o poder de decidir o estado de exceção. Uma soberania que se instaura a partir do espaço da “colônia”, onde ocorre o “poder fora da lei” e a paz não existe, evidenciando uma guerra sem fim.

Assim, Dennis de Oliveira, utilizando de pensamentos de Mbembe e de George Bataille, afirma que,

À medida que vai se constituindo como ser histórico e social, por meio da sua racionalidade, o ser humano vai se defrontando com a sua condição “natural” e natureza propriamente dita, que se colocam como sua “negatividade” (...) O ser humano torna-se sujeito, portanto, na sua luta histórica contra a morte (negatividade da sua condição histórica). (...) a normatização dessas atitudes por meio dos contratos sociais é o ápice dessa apropriação e controle dessa negatividade; o que sinaliza para uma distinção entre uma morte provocada a partir de um ato racionalizado (DE OLIVEIRA, 2018, p.57)

Desta forma o ser humano em vulnerabilidade social entra em um estado de sobrevivência e de luta pela vida, indo em contra direção à morte, com uma força de superar as estatísticas, realizando contratos-sociais que não condizem com suas crenças e direitos justos. Se tornando um ser alienado e controlado pelo Estado, que realiza a manutenção da violência capitalista de forma que a saída do status quo é a submissão a uma injustiça social.

A dificuldade de superar o sistema se dá através das limitações impostas pelos meios, e assim como mencionado antes o indivíduo se sujeita a trabalhos com remunerações não dignas,

são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração da força de trabalho (MARINI, 2005 [1973] -a, p. 156-157).

Como a acumulação capitalista dependente se baseia nesta superexploração, ocorre a divisão social, racial e sexual do trabalho, refletindo assim em disparidades com natureza econômica, social, política, cultural, regional e revolucionária, as quais

resultam em expressões da “questão social”¹³. Definida por lamamoto (2001) como o “conjunto das expressões de desigualdades e resistências engendradas na sociedade capitalista, sendo uma contradição fundamental do modo de produção capitalista derivada das contradições decorrentes da relação capital/trabalho” (ROCHA, 2018, p. 10). Ela é “Una”, pois as consequências sociais dadas pela mundialização do capital se difundem de forma generalizada, e “Diversa” devido às diversas realidades sociais de cada país e seus reflexos em gênero, raça e etnia.

A professora Mirella Rocha, em seu artigo traz uma análise interessante em relação a América Latina e suas peculiaridades nas expressões da “questão social”:

Aqui cabe mencionar um registro fundamental para a precisão da chamada “questão social” na América Latina: é que os desdobramentos sócio-políticos da Lei Geral da Acumulação Capitalista na periferia, não tem início nem com a Revolução Industrial no centro e nem com o primeiro ciclo da industrialização ocorrido na América Latina – conforme aponta a literatura especializada no Serviço Social –, mas com a assim chamada Acumulação Primitiva, a qual desde a latitude subdesenvolvida, para Bagu (1949), conformou o “capitalismo colonial”. (ROCHA, 2018)

Ao recapitular as relações sociais construídas a partir do colonialismo, acentua que para entender o hoje, devemos também entender a condição histórica-estrutural dos trabalhadores e trabalhadoras que trabalhavam nas colônias, desta forma afirma que,

Patriarcado e racismo são, portanto, relações sociais estruturantes que determinam um lugar singular na estrutura de classes das sociedades coloniais, primeiro, e dependentes, depois, somando e atualizando antigas e novas contradições à forma particular de reprodução capitalista assentada sob a superexploração da força de trabalho na América Latina contemporânea. (ROCHA, 2018)

Assim vemos, a base das relações sociais estruturantes do capitalismo é aquela que têm seus trabalhos invisibilizados¹⁴, porém são os mais primordiais para a efetividade do sistema capitalista.

O sistema patriarcal controla e comanda os caminhos que as mulheres devem tomar aos olhos do homem branco, qualifica quais são as posições possíveis para elas, analisa dentro de uma meritocracia os benefícios por seus trabalhos e o Estado

¹³ “o termo aparece entre aspas, tanto para demarcar a ressalva à utilização da expressão conservadora, – tendo em vista sua origem bem como a impossibilidade de considerá-la como uma categoria, posto que o que existe realmente são os determinantes, tendências e expressões da lei absoluta e geral da acumulação capitalista” (ROCHA, 2018, p. 10)

¹⁴ Trabalhos desvalorizados e colocados em segundo plano ao pensar em trabalhos “eficientes” para a reprodução do capitalismo”. Contraditoriamente estes trabalhos são os trabalhos essenciais para a reprodução das relações sociais e sexuais do capitalismo. As pessoas que ocupam este espaço normalmente são, imigrantes, mulheres, negras, indígenas, pobres e pessoas com deficiência.

mata, através da ausência de políticas públicas. O sistema racista hierarquiza os trabalhos “justos” e que se encaixam em cada raça, qualificando os indivíduos a partir da cor, analisando quem pode entrar na fronteira e quem não se “encaixa” e o Estado define quem vive e quem morre. O sistema capacitista inviabiliza a liberdade de locomoção, limita a comunicação, e se conforta com cotas “especiais”¹⁵, dificultando a justa provisão de direitos. E o sistema heteronormativo definirá a partir de uma binaridade, conexa com o patriarcado, quais são as funções de cada indivíduo no sistema, tanto econômico, como reprodutivo, determinando identidades às pessoas, e ao momento de divergência a violência, a religião e o controle se mostram como instrumentos que definem o certo e o errado.

A partir disto, a soberania do Estado de definição meritocrática e de inviabilização de possibilidade de uma justiça social, superexplorando o trabalhador, refletem em múltiplas expressões da “questão social”. Como pobreza, desemprego, violência, discriminação de gênero, raça, etnia, orientação sexual, trabalho precário, dificuldade de acesso à saúde, à educação e ao trabalho, falta de moradia, violação dos direitos das crianças e idosos, falta de segurança (pública e privada), entre outros. Estas expressões serão evidenciadas mais ao longo deste trabalho, tendo como foco principal as crianças afetadas por estas relações sociais capitalistas.

Os jogos políticos internacionais norteados pelas relações capitalistas, colonialistas e imperialistas que derivam um sistema dependente econômico-político-social. Gerando assim, uma indústria da violência, tanto estrutural, quanto institucional, nos países periféricos, acentuando uma desigualdade social e um estado de conflito, que afetam a grande parte da população, porém de forma intensificada a um setor da população. Setor invisível pelo Estado quando referente a assistência e justiça social, porém sempre visível quando se procura culpados e vilões.

2.3. CAPITALISMO, VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E PAZ NEGATIVA.

As relações hierárquicas que se desenvolvem a partir do capitalista industrial, e por meio da dependência e da reprodução sistêmica das relações de opressão do colonialismo, que geram efeitos na construção de paz, ou da manutenção desta. Efeitos estes que são positivos para alguns e negativos para outros, em que a paz em

¹⁵ Aqui “especial” é utilizado de forma a chamar atenção para o erro linguístico. Utilizar a palavra especial para serviços para pessoas com deficiências, ou até mesmo chamar os indivíduos por esta palavra, é considerado errado.

seu conceito deve ser analisada por setores e por categorias de atores internacionais e de postos de poder.

A paz não possui uma única definição, e dificilmente será encontrada em sua totalidade. Podemos resumir ao conhecimento geral que a paz é o momento da inexistência da violência, o qual pode ser determinado por um cessar-fogo, um acordo de paz, ou outros meios oficiais e não-oficiais. Importante lembrar que a paz permeia pelos diversos campos da construção das relações de produção social, na econômica, na área social, política, ambientalista, entre outros. Porém o que define violência, um governo autoritário? Uma hierarquia? E assim, o que seria considerado paz?

De acordo com Oliver Richmond, existem 3 tipos de paz: a paz positiva, a paz negativa e a paz híbrida. A paz negativa pode ser definida a partir do mundo que vivemos hoje, em que acreditamos estar em estados pacíficos determinados, porém regidos pelo capitalismo. Estas tensões causadas por este sistema, que permanecem mascaradas que dizem ser um estado de paz, enquanto pequenas e grandes ações violentas acontecem ao redor e no dia a dia, em que atos de violência, são justificados como “naturais” e necessários.

A paz positiva é associada à ‘segurança humana’, definida a partir do Programa de Desenvolvimento da ONU, como a liberdade do medo e do querer. Assim, esta definição de paz coloca como principal prioridade o indivíduo em si, e não o estado, tendo como base a compreensão da sociedade e evolução a partir da análise e da compreensão do bom e do ruim vinculados aos conflitos gerados mundialmente e nacionalmente. Para o autor um dos poucos momentos de uma paz positiva foi após a segunda guerra mundial (RICHMOND, 2003).

A paz é muito mais complexa do que se imagina e do que se possa definir, tendo diversas camadas sociais, políticas e econômicas que atrapalham e contribuem para uma construção de um estado de paz e de uma definição mais efetiva. O que é considerado paz, seria a paz nos países imperialistas? E o que seria considerado a guerra, a que afeta os imperialistas?

Existem duas principais visões sobre as guerras mundiais do começo do século XX, a primeira era que ela nunca deveria ter acontecido e a segunda seria que era impossível que não acontecesse. Devido a construção e modificações sociais, econômicas e políticas da época a guerra já era prevista, as trocas de poder e de hegemonias do novo século, instauraram um espaço de conflito.

Entre guerras foram tentados desenvolver discussões e acordos de

desarmamento, como: *“limites às forças armadas utilizadas para cobrança de dívidas; regras para abertura de hostilidades; direitos e deveres dos neutros; regulamentos relativos à guerra naval; proibições de bombardeio de aeronaves; e a obrigação de arbitragem antes da guerra”* (ADOLF, 2009 p. 179). Porém alguns países não concordam efetivamente com as propostas. E assim, se permaneceu o medo de uma segunda guerra mundial que iria instaurar o caos no sistema mundial.

A guerra era vista como uma solução para muitos países, era a forma de manter a ordem dentro do mundo que estava saindo dos eixos esperados por estes que estavam no poder. O repulso a violência, a união entre povos e as relações pacíficas são só vistas como positivas por estes quando estão ganhando, porém quando se surge a necessidade de ataques violentos estas opiniões são deixadas de lado, e a guerra se torna a única solução para a propagação da paz futura e da manutenção da desigualdades e erros presentes no sistema mundo.

Com tantos conflitos acontecendo, uma onda pacifista foi crescendo, com grandes pensadores criando teorias e formas de manter o estado de paz por mais tempo. Como exemplo temos: Bertha von Suttner (primeira mulher a ganhar o prêmio Nobel da Paz), Jane Adams, Mahatma Gandhi, Maude Royden, e a construção da Liga das Nações. Como uma possível definição:

O pacifismo é a luta pela verdade (...) a luta por objetivos políticos claros, por vontade política e ação firme. Pacifismo não é a fraca aceitação dos “fatos consumados” alcançados pela força bruta. O Pacifismo é uma iniciativa corajosa para uma política construtiva de paz justa (ADOLF, 2009, p. 183).

Assim foram criadas formas para realizar a manutenção da paz, tanto em caráter civil como internacional, uma das construções internacionais foi a Liga das Nações, criada durante o Tratado de Versailles. Os países e representantes tinham como principais objetivos:

- (a) a aceitação das obrigações de não recorrer à guerra; (b) a regularização das relações abertas e justas entre as nações; (c) o estabelecimento do direito internacional como regra de conduta entre os governantes; e (d) o respeito a todos os compromissos dos tratados nas negociações dos povos organizados uns com os outros. (ADOLF, 2009. p. 190)

Ao mesmo tempo que ela tinha estes objetivos e um espaço que refletia na paz mundial e na construção de um mundo mais justo e pacífico. A liga não tinha autoridade ou diretrizes de como agir em momentos de guerra.

A construção de paz durante os anos 1900 e 1945, foram falhas. A guerra se perpetuou e, a meu ver, nunca acabou de fato. Somente foram guardadas as armas por anos e utilizadas para realizar opressões e relações de conflitos em guerras nacionais e aquelas não consideradas mundiais pois não envolvem países imperialistas. A paz nunca se perpetuou, e não virá dentro do sistema atual.

Gilberto Oliveira (2017) apresenta três formas de promover a paz a partir de Galtung: *peacebuilding*, *peacemaking* and *peacekeeping*. O *peacekeeping*, em sua tradução orgânica significa “manter a paz” e diz respeito a uma terceira parte que realiza esta manutenção, ela é dissociativa e reflete uma concepção negativa da paz. O *peacemaking*, traz foco na atuação das lideranças de cada parte, de negociações, acordos de paz e a prolongação destas decisões, “o seu foco também se limita à interrupção da violência direta, refletindo, portanto, uma concepção negativa da paz” (OLIVEIRA, 2017. p. 158). E por fim, o *peacebuilding*, construção da paz, possui um foco na modificação e transformação do sistema e da violência estrutural através de uma construção de paz positiva, “tem por propósito agregar as partes dentro de uma estrutura de paz que substitua a estrutura de violência que está na base do conflito” (OLIVEIRA, 2017. p. 158) e assim, seja substituída por um sistema mais igualitário, justo e livre de exploração.

É possível analisar a construção da paz a partir de múltiplas vertentes, dentre elas, a liberal. Essa vertente se aproxima da paz positiva, em que se acredita que temos sim, diversos momentos de paz, porque são definidos pela democracia e desenvolvem nas políticas domésticas o estado pacífico. Porém, aqui neste trabalho, será analisado a partir da vertente marxista, que parte da afirmação de que não existe um estado de paz contínuo, e sim, de guerra. Vivemos constantemente em um sistema de opressão, em que sempre produziremos guerras, se aproximando da paz negativa.

A base do marxismo é a crítica à burguesia e principalmente a opressão de classes, vinda de um sistema imperialista e capitalista. Um sistema que propõe uma economia sustentada pelo conflito de classes e de uma hierarquia entre partes presentes no ambiente. E vê como solução a emancipação da classe trabalhadora e dos oprimidos da realidade vivida.

A economia global é dominada pelas classes dominantes e grandes empresários, onde regem uma relação injusta de trabalho em que as classes mais baixas têm a necessidade de vender a força de trabalho por valores desiguais para conseguir sobreviver. Enquanto os grandes empresários lucram com a mais valia

produzida a partir desta venda de força de trabalho (MARX. 2014). Como podemos ver é uma troca desigual. Assim vemos também no caráter de estados internacionais, onde os países imperialistas controlam o mercado. Assim, os países periféricos são colocados como base de produção, realizando a importação de matérias primas, mão de obra barata, entre outros. Está também podendo ser vista como uma forma de opressão e de desigualdade de classes.

Por mais que Marx, em seus estudos não tenha produzido teses sobre a economia no quesito internacional, a sua análise referente a produção capitalista da economia, reflete na escala mundial como citado anteriormente. A desigualdade de classes está presente entre diversos trabalhos no caráter doméstico, porém também no caráter internacional.

Outro fator a ser refletido é a construção da paz na ótica marxista, e que para chegar em uma paz global seria necessária a emancipação de classes e de amarras com o sistema de opressão. O capitalismo gera a competição, gera a luta de poderes e uma construção falsa de justiça, em que os pobres trabalham para sobreviver e morrem tentando viver dentro de um sistema que não se importa com eles. Uma polícia que mata sem ver. A paz não existe em Estados Falhos¹⁶, pois, *“onde a vida é reconhecida, ela é universalmente preservada, onde não é, perdura a violência.”* (DA SILVA LAU, 2019).

Aos olhos da visão marxista, a paz não será alcançada enquanto permanecermos dentro do sistema capitalista-imperialista que transportam resquícios coloniais. Para chegar perto de um estado de paz seria necessário a construção de uma justiça social. O desenvolvimento, a partir de uma hierarquização, gera para o sistema aqueles que são importantes existirem e os que são descartáveis, assim sendo situado uma relação violenta entre estados, entre atores e entre os indivíduos.

A paz pode ser definida de duas formas, de acordo com Galtung (entre 1970 e 2010), a paz negativa, *“definida de uma forma estreita a partir do que ela não é ou do que ela nega: a violência física e a guerra”* (OLIVEIRA, 2017. p.155). Assim, a principal função do pesquisador é evidenciar as manifestações explícitas da violência e a entender as razões, causas, dinâmicas e efeitos focando sempre na contenção da

¹⁶ Estados Falhos são Estados-Nações que desviam do determinado Estado Liberal que se desenvolvem e propagam políticas que *“estão fora das regras e das instituições da ordem internacional liberal vigente”*, ou seja *“Estados fora da lei”* (CHOMSKY, 2006, p. 110 *apud* DE PAIVA, 2021, p. 60-61).

violência física e aparente. A paz positiva acaba englobando o além da paz negativa, e tem um caráter mais complexo, focando em questões sociais e de forma maximalista, em que se acredita que a realidade pode ser modificada através de meios não violentos.

A partir destes dois conceitos surge a pergunta do que é a violência de fato? O que é a guerra? E o autor traz atenção para a violência estrutural, e como esta violência pode ser analisada também como um momento de não-paz, e por consequência de guerra. Assim a violência estrutural pode ser definida como

uma forma indireta de violência, cujas raízes estão na distribuição desigual de poder e de recursos nas sociedades ou entre as sociedades, a violência estrutural chama a atenção para um tipo de violência quase sempre latente, invisível ou disfarçada, que resulta das desigualdades sociais, das injustiças, da pobreza, da exploração e de opressão (OLIVEIRA, 2017. p. 156)

A violência estrutural é muitas vezes negligenciada por parte dos pesquisadores em entender que ela, também, faz parte dos estudos para a paz, e que o macro tem uma influência no micro. E que as questões domésticas também são responsabilidades dos internacionalistas.

Desta forma, as “ganancias” capitalistas, as raízes do colonialismo e as consequências da dependência econômica-social-política, geram um estado de guerra e uma indústria violenta. Assim, resultando na violência como um componente estrutural do capitalismo, presente principalmente nas periferias do sistema, se instalando e se acentuando a partir da superexploração e das relações de poder hierárquicas internacionais, utilizando de força e violência como forma de controle.

Para Martin Baró,

a violência estrutural não se reduz à distribuição inadequada dos recursos disponíveis que impede a satisfação das necessidades básicas da maioria; além disso, a violência estrutural exige o ordenamento da desigualdade opressiva por meio de uma legislação que ampara os mecanismos de distribuição social da riqueza e que produz uma força coercitiva que obriga a maioria a respeitar tais mecanismos (MARTÍN-BARÓ, 2012, p. 402).

A violência aqui, não é necessariamente a física, e sim violências e agressões presentes no controle e no mecanismo de manipulação das massas. Tais atos que são se evidenciam através da *“opressão estabelecida em que os atores podem ser diluídos em dispositivos impessoais e cristalizados em comportamentos naturalizados”* (DE OLIVEIRA, 2018 p. 43). A relação de senhores e servos, permanece com uma outra nomenclatura trazendo os dominantes e dominados para

uma situação que dentro dos acordos capitalistas, os dominados são superexplorados e silenciados dentro e fora das áreas de trabalho.

Nas ruas este efeito se evidencia através de olhares, trocadas de calçada, “o não olhar para não sentir”, o fechar de janelas, e de formas mais agressivas, por intervenções policiais, as. Estes casos são evidências da violência estrutural, mas também escancaram a violência institucional. Dennis de Oliveira, em seu artigo, citando Martin Baró explica,

A manutenção dessa estrutura violenta inerente ao capitalismo produz um tipo de violência contra a população majoritária que está incorporada na ordem social, que é mantida pelas instituições sociais e que é justificada e legalizada na ordem normativa (MARTÍN-BARÓ, 2012), o que leva a uma “normatização” e “naturalização” da violência como prática sociopolítica. (DE OLIVEIRA, 2018 p. 43)

Como esta naturalização, a violência passa a ser utilizado como *“uma ação instrumental (portanto medida pela sua eficácia) ou como um fim em si mesma (isto é, um ato agressivo com a intencionalidade de causar dano a outro)”* (DE OLIVEIRA, 2018 p. 43), resultando em uma estrutura formal que gira ao redor de uma relação de agressividade e de controle. Desta forma, acontece *“o desencadeamento de um processo que vai se autonomizando das suas estruturas e, dessa forma, cria-se um ciclo de retroalimentação”*, que chamamos de espiral da violência, onde as relações tóxicas vão se reverberando de setor hierárquico por setor hierárquico da sociedade, se tornando uma onda cada vez maior, onde somente alguns conseguem se manter acima. Com isto, *“a espiral de violência disseminada a partir da violência institucional nestes segmentos sociais os faz buscar uma saída instrumental aparentemente eficaz para conter essa espiral: aumentar o poder de ação violenta por parte do Estado.”* (DE OLIVEIRA, 2018 p. 44). O desencadeamento deste ciclo de violências possui um efeito no sujeito social individual, realizando uma reação ao controle e ao absurdo, modificando as perspectivas, limitando o desenvolvimento de setores da população controladas pela violência do Estado, setor este que é composto por homens, mulheres, crianças, pessoas, não brancas (negros, indígenas), imigrantes refugiados, pobres. Evidenciando assim, que a guerra está presente nos mínimos detalhes, na violência diária – físicas, estrutural, psicológica e institucional – visíveis e invisíveis.

A construção da paz deve ser analisada de forma mais crítica, e analisar o micro e o macro quando a discussão é sobre guerra e paz. É preciso *“confrontar as questões*

estrutural e cultural que estão nas raízes mais profundas do conflito e da paz” (OLIVEIRA, 2017. p. 168). A análise deve ser crítica ao sistema capitalista, colonialista e segregacionista, onde quem decide quem merece viver é o Estado (MBEMBE, 2018), a guerra vai além de atuações entre países em conflitos, e se aproxima de efeitos no social e dentro dele. Desenvolvendo dentro da sociedade um sistema de controle e opressão mediadas a partir do Estado e de suas entidades através da violência, as quais são destinadas a grupos específicos da sociedade civil, e no contexto internacional nas zonas periféricas do sistema capitalista, evidenciando ainda mais as desigualdades sociais no contexto macro e micro.

Ao analisar através de pesquisas voltadas para a América Latina e a paz na região, é possível traçar uma semelhança entres alguns cientistas políticos e seus pensamentos em relação ao assunto, em que a maioria se direciona para uma América Latina com uma paz negativa. O professor australiano, Hedley Bull (2002) observa a América do Sul como:

sendo uma sociedade internacional (uma sociedade de estados) ou de comunidades políticas independentes, as quais não meramente formam um sistema, no sentido de a conduta de cada estado é um fator necessário nos cálculos dos outros, mas também estabelecerão: i) um diálogo em torno de regras em comum; ii) consentimento e instituições para regular suas relações, e, iii) reconhecem um interesse comum em manter esses arranjos. (Duarte-Villa, 2016, p, 439)

Desta forma a diplomacia, a resolução e mediação de conflitos de forma pacífica e as relações positivas de política externa e integração, são características que trazem a sub-região próxima de paz. Porém como já evidenciado ao longo desta seção a região se mostra longe de uma paz real e efetiva.

Para o cientista político canadense Kalevi Holsti, as relações de paz se instauram a partir da solução dos conflitos do século XIX. Ele identifica a região dentro de uma paz negativa ou zona de não guerra,

A Zona de Não Guerra seria, sob uma perspectiva geopolítica, explicada pela “irrelevância” mútua entre os países da região, ou seja, eles não seriam interdependentes o suficiente para gerar uma base conflitiva mais acentuada, mas por outro lado, não praticam formas de sociedade internacional o suficientemente intensa para se avançar rumo à Zona de Paz. (Duarte-Villa, 2016, p, 440)

Assim, esclarece que um dos limitantes dos conflitos interestaduais é a falta de Estados com pensamentos expansionistas semelhantes aos dos Europeus, sendo desenvolvido uma construção de uma comunidade pluralista de segurança. O cubano

Jorge Dominguez, concorda com Holsti nesta construção de comunidade, e através de perspectiva epistemológica liberal institucionalista, instrui que a região “*sul-americana possui algumas instituições e normas internacionais peculiares historicamente, e, entre elas, quatro são fundamentais: (i) a diplomacia, (ii) o direito internacional interamericano, (iii) o princípio da não-intervenção e (iv) a solução pacífica de conflitos.*” (Duarte-Villa, 2016, p, 443)

Dois autores, trazidos aqui que se aproximam mais de um pensamento crítico, são David Mares e Federico Merke. Para Merkel, se faz necessário analisar a qualidade desta paz regional e identificar nas relações domésticas a insuficiência desta Zona de Não Guerra e seus efeitos nas dimensões sociais. Portanto, a região se apresenta em uma zona de paz negativa. Aponta também que devido, às

frequentes intervenções na América do Sul, mesmo que multilaterais, juntamente com a constante presença do governo americano (especialmente no Caribe), o nacionalismo, o estatismo e a presença de soberanias frágeis contribuem para que o estágio solidarista ainda não tenha sido alcançado na região. (Duarte-Villa, 2016, p, 446)

Logo, podemos concluir que a região é analisada em uma Zona de Paz Negativa, que a partir de boas relações na política internacional principalmente regional, e a falta de governos expansionistas, se instaura em um estado supostamente pacífico. Contudo esta visão da América Latina é limitante e positivista, e analisa de forma superficial os conflitos que estão presentes aqui, e não enxerga as limitações e consequências instauradas a partir de intervenções imperialistas e de um capitalismo dependente. As relações interestatais se mostram portanto insuficientes para uma desenvolver um Zona de Paz, se instaurando na região um estado de caos, atravessado por violências diversas direcionadas a setores da população latino-americana, e às vezes a todos. Afetando assim as categorias mais vulneráveis/minorias: crianças e mulheres e negros e indígenas, refugiados e pobres e com deficiência e LGBTQ+.

2.4. CONCLUSÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO.

O capítulo apresentado trouxe a construção teórica para a crítica pretendida no trabalho. Partindo da compreensão de que as relações capitalistas de dependência são uma consequência de um sistema baseado na exploração, opressão e controle, tanto pelo indivíduo como pelo caráter internacional.

Iniciamos especificando o que é o Sistema Mundo e o imperialismo, e em sequência trouxemos Marx, para explicar como que as relações capitalistas são

geradas, e como que elas se perpetuam. Passando do internacional ao regional, trouxemos a análise para a América Latina. Referenciando Marini, Bamberger, e outros autores, apresentamos o que é a dependência na América Latina, e como que o capitalismo possui peculiaridade na região, devido à sobrecarga de uma história de invasão e genocídio do período colonial. Tendo um caráter violento e de superexploração, ultrapassando os limites que os países suportam e gerando desigualdades sociais, estas são apresentadas como expressões da “questão social”.

Assim, nota-se que os países de capitalismo dependente sofrem de consequências como: pobreza, violência, desemprego, discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual, dificuldade de acesso à saúde, à educação e ao trabalho, falta de moradia, trabalho precário, inacessibilidade física e a violação dos direitos das crianças.

Um dos frutos desta bagagem genocida foi a violência como forma de controle. No terceiro subcapítulo, trouxemos um pouco dos Estudos para a Paz. Apresentando as definições de paz negativa e positiva, de zona de não guerra e as diferentes formas de construção para a paz. Conceituando a América Latina em uma zona de paz negativa, de não guerra, o que resulta em uma guerra mascarada, que percorre as entranhas da sociedade e das minorias.

Através dos estudos marxistas e dos Estudos para a Paz, demonstramos que as consequências do capitalismo dependente nestes Estados perpetuam-se através das desigualdades sociais agravantes na região, assim como pela violência estrutural presente nestes países. Sendo está uma forma de controle, e de manutenção pelos Estados, limitando a vida, a locomoção é uma realidade mais positiva. Desta forma a região é analisada como uma Zona de Paz Negativa, que possui uma paz entre estado derivadas de políticas internacionais regionais e da falta de governos expansionistas, porém apresentada uma guerra interna, em que as relações interestatais não conseguem ter controle e insuficiência para prover uma Zona de Paz Positiva. Assim, a violência e a guerra não estão presentes somente só na sua forma concreta, porém também nas atuações da polícia, pelas políticas públicas, pelo racismo, patriarcado, capacitismo, pela xenofobia, entre outras tantas violências estruturais geradas pelo sistema capitalista.

3. AS CONSEQUÊNCIAS DO CAPITALISMO DEPENDENTE NAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES LATINO-AMERICANOS:

Através dos capítulos foi possível identificar os espaços onde a infância está presente na agenda internacional, evidenciando as conferências, tratados, que tentam trazer mais estabilidade e segurança para as crianças ao redor do mundo. Foi apresentado também a temática nas Relações Internacionais, enquanto disciplina e a governança internacional estabelecida sobre o tema. No seguinte capítulo, analisamos a dependência econômica na América Latina, pontuando os resquícios de um período colonial, em que as relações capitalistas se baseiam em uma superexploração dos países da periferia capitalista.

Tais relações opressoras geram um estado de conflito, no contexto mundial com disputas grandes/guerras e interferências internacionais em conflitos nacionais, e no contexto doméstico, a vulnerabilidade e desigualdade social, de raça e de gênero, fomentadas por ações do Estado estruturadas na violência estrutural. Desta forma a América Latina se apresenta em um espaço de paz negativa, de não-guerra, mas em um constante conflito, controle e violência.

O reflexo desse contexto nas pessoas mais afetadas pelas desigualdades sociais, podemos pontuar as crianças e adolescentes, uma vez que a limitação de seus direitos afeta diretamente o seu desenvolvimento e as perspectivas futuras pessoais. E assim por consequência, as relações internacionais futuras. Ao longo deste capítulo, serão pontuadas as diversas consequências da dependência e da violência estrutural na vida das crianças e adolescentes latino-americanos.

3.1. GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Antes de apresentar os indicadores e consequências da dependência e da violência estrutural, se torna necessário apontar quem são estas crianças, suas características e relações sociais. Quais são as protegidas e indefesas, e quais se tornam alvo de ataques físicos e morais por parte do Estado e da sociedade, tendo seus direitos limitados pelo sistema capitalista, ficando à margem da sociedade ou sendo preteridos nas políticas estatais. Podemos afirmar que estas crianças, majoritariamente, são racializadas, principalmente negras, mas também vemos a margem da sociedade indígenas e refugiados; e de famílias de baixa renda, moradores de favelas, e comunidades periféricas.

Ao analisar mais profundamente os diversos indicadores das expressões da “questão social”, resultados das relações desiguais entre trabalho e capital, vemos a violência interferir na vida tanto de meninos quanto de meninas. Por mais que todos os gêneros estejam presentes nos indicadores, as meninas têm mais presença em áreas de violência intrafamiliar e da saúde, enquanto os meninos se direcionam para desfalques em outras seções, e presente nas áreas de violência estrutural e infanto-juvenil. Devemos analisar cada sujeito com as suas particularidades de vivência, realidade, e identidade social em contraposição com as visões da sociedade a estes indivíduos.

A análise através do pensamento crítico, da decolonialidade e da interseccionalidade se mostra necessária aqui. Devemos entender para além das imposições coloniais binárias e dos papéis sociais determinados a partir de uma construção social patriarcal, classista e racista, datada a partir das relações sociais-sexuais-raciais do trabalho. E através da utilização da interseccionalidade como uma ferramenta analítica, compreender que as categorias sociais de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, estão conectadas e conversam entre si, se ressaltando e construindo a socialização desses sujeitos (AKOTIRENE, 2019). Desta forma, devemos analisar tanto os adultos, quanto as crianças a partir da interseccionalidade, olhando de forma ampla as formas de opressão, compreendendo que elas não são isoladas. Sendo estes atos, um compilado de fragmentos e atuações que se reforçam de forma irregular, se interconectando e gerando uma ‘bola de neve’, resultado em uma ‘nevasca’ que alastra a realidade daqueles afetados, que engole e maltrata, tirando vidas e oportunidades.

A partir desta análise materialista histórico-dialética, em conjunto com a interseccionalidade e com a decolonialidade, é notória quais grupos são afetados de forma extensa pelo capitalismo dependente. Vemos na margem da sociedade aqueles que são invisibilizados e/ou não valorizados, os trabalhadores essenciais para a máquina do capitalismo girar. Tanto no conceito dos meios de produção, que se baseiam em ter os grandes detentores da produção e os que têm a necessidade de vender a sua força de trabalho, quanto no quesito sistemático ideológico que se ilude a partir da divisão daqueles que se enquadram na elite, e aqueles que se enquadram nas classes B, C e D, que no final, todos se encontram juntos na superexploração.

Se olharmos para dentro das categorias citadas, e das diversas classes geradas pelo capitalismo, junto da análise da violência estrutural e da utilização da violência como forma de controle e manutenção. É evidenciado que aqueles mais afetados por esta política são as minorias, pessoas negras, indígenas, árabes, refugiados, vistos pela instituição como inimigos, colocados um alvo em suas costas, de forma que qualquer “deslize” seja razão para uma agressão. De forma intrafamiliar, a limitação das atuações efetivas com mulheres e meninas que sofrem de abusos dentro de seus núcleos familiares, mas que não são atendidas da forma devida pelas políticas públicas, delegacias e unidades de saúde. Pensando ainda nas considerações de gênero, é alarmante as amarras do patriarcado acerca dos papéis da mulher na sociedade, instauradas desde jovens, através de funções dentro de casa, a vivências violentas nas ruas.

Os efeitos nas crianças com estas características limitam uma perspectiva positiva do futuro, em que a falta de oportunidades é escancarada a cada porta fechada. As meninas jovens, possuem a necessidade de desde cedo trabalhar em casas como empregadas domésticas, trabalhos sexuais, trabalhos remunerados de forma irregular, entre outros diversos que tiram a inocência e oportunidade de ser uma criança, e viver sua infância. O mesmo refletindo em meninos que desde cedo também vão para a rua trabalhar, e assim como as meninas se envolver em trabalhos perigosos, e que os força a crescerem e se tornarem adultos antes do tempo.

As crianças e adolescentes que se encontram nas margens da sociedade, sendo eles negros, pobres, indígenas, refugiados, LGBTQ+, entre outras citadas, são encarregadas de assumir responsabilidades e papéis sociais normalmente designadas a indivíduos adultos. O amadurecimento prematuro é uma consequência das imposições da sociedade perante a esta categoria. É uma reação às violências e superexploração presentes desde cedo ao seus entornos, se reverberando nos anos seguintes e nas fases seguintes da vida. Os jovens que se enquadram nas minorias sociais.

Desta forma, é notório que as expressões da “questão social” estão intrinsecamente relacionadas com as questões de gênero, raça e classe. Os papéis sociais destinados às crianças latino-americanos marginalizadas não lhe cabem enquanto crianças, e ao mesmo tempo não deveriam ser vistas como adultas. Este esquema contraditório é uma das consequências do capitalismo dependente no dia a dia destes jovens, envolvendo também situações de pobreza, insegurança alimentar,

educação precária, falta de moradia, acesso básico à saúde, acessibilidade, entre outras violências estruturais e institucionais.

3.2. POBREZA, INSEGURANÇA ALIMENTAR, FALTA DE EDUCAÇÃO, MORADIA, E SAÚDE E OUTRAS VIOLÊNCIAS.

Relembrando, o sistema capitalista internacional, traduz-se em capitalismo dependente nos países latino-americanos, nos quais o proletariado é superexplorado, baseado em uma bagagem da colonização, pautada na violência e na opressão. Por consequência, as relações histórico-sociais desiguais e a autovalorização da mais valia por parte dos capitalistas geram as expressões da “questão social” que evidenciam desigualdades sociais, as quais são controladas pelo Estado através da violência, da opressão e limitação de existência nos meios sociais. Sendo reverberadas de formas distintas entre os indivíduos da sociedade, sendo instaurado a partir das características fenotípicas, étnicas, de gênero, de identidade sexual e de classe. Entre os diversos indicadores é possível apontar: a pobreza; a falta de uma educação de qualidade; a fome; as violências diversas, estrutural, intrafamiliar, infanto-juvenil, negligência, entre outras; a precarização da saúde básica e a educação sexual; a inacessibilidade dos espaços públicos e privados e por fim uma insuficiência na segurança pública e privada.

O ponto de início é a pobreza. O resultado mais evidente é o alto nível de pobreza nos países latino-americanos, em que pelo menos 32% da população vive em situação de pobreza. De acordo com o Panorama Social da América Latina e do Caribe de 2022,

As estimativas da CEPAL indicam que, em 2022, a pobreza afeta 45,4% das pessoas menores de 18 anos na América Latina, 13,3 pontos percentuais acima da média correspondente à população total. Em particular, a pobreza extrema afeta 18,5% das pessoas menores de 18 anos, que enfrentam um maior risco de padecer de insegurança alimentar ao viver em domicílios que não podem comprar uma cesta básica de alimentos. (CEPAL, 2022)

Junto da falta de políticas públicas, atuações não-efetivas do Estado, e uma distribuição desigual de insumos, resulta na limitação a uma educação de qualidade, de uma alimentação balanceada (ou mesmo existente), de uma moradia digna e de cuidados pelas unidades de saúde, entre outras diversas consequências que serão evidenciadas ao longo deste capítulo.

A situação da miséria na população latino-americana reverbera de diversas formas ao longo da região. Por mais que tenhamos consciência que em cada país se mostra de diversas formas, é evidente que a falta de dinheiro, leva a limitação de recursos básicos como uma alimentação saudável, ou mesmo, uma alimentação suficiente. De acordo com a Organização Panamericana de Saúde,

países com níveis mais altos de pobreza e desigualdade tendem a ter dificuldades mais significativas de acesso a uma dieta saudável, que está diretamente associada a uma maior prevalência da fome, desnutrição crônica em meninos e meninas, e anemia em mulheres de 15 a 49 anos. (OPAS, 2023)

Ao analisar o Panorama Regional de Segurança Alimentar e Nutricional 2021, foi identificado que em 2020 cerca de 41% da população latino-americana é afetada pela insegurança alimentar. Quando analisados a partir da perspectiva de gênero, vemos que 41,8% das mulheres na região experimentaram insegurança alimentar moderada ou grave, em comparação com 32,2% dos homens. (OPAS, 2021). Entre os grupos analisados, os efeitos da insegurança alimentar são mais alarmantes para crianças de 0 a 5 anos. Além da fome, o relatório também evidenciou em contraposição o aumento de crianças com sobrepeso durante o período da pandemia, chegando a 7,5 % das crianças de 0 a 5 anos.

Os dados¹⁷ apontam um paradoxo, como por exemplo: uma região pode ter preocupações com a falta de alimentos e ao mesmo tempo com o excesso de peso? Primeiro, a distribuição de alimentos não é justa, tendo um alto valor e pouca adesão em diversos alimentos, além do aumento dos preços em alimentos mais saudáveis. Segundo, com a pandemia deu-se a necessidade de alimentações mais fáceis, simples de guardar e de se fazer, assim as alimentações se baseiam em ultraprocessados, comidas rápidas, e mais simples. Terceiro, a desigualdade na região é tanta que as consequências desta realidade respaldam para todos os lados, trazendo uma insegurança alimentar para todos com dificuldades de se ajustarem a novos preços e realidades.

Como citado anteriormente, um dos motivos da fome é a distribuição desigual de alimentos e o descarte irregular destes. Uma pesquisa realizada pela ONU apontou que,

O Brasil desperdiça cerca de 27 milhões de toneladas de alimentos por ano, segundo um levantamento da ONU. Mais de um terço das frutas e legumes

¹⁷ Retirados do Panorama Regional de Segurança Alimentar e Nutricional 2021.

cultivados nem sequer chegam às prateleiras dos supermercados e vão direto para o lixo simplesmente por serem consideradas “feias”, concluiu um estudo da Universidade de Edimburgo, no Reino Unido. Do lado oposto, milhares de famílias não têm o que comer. (TRIP, 2023)

A alta atenção aos alimentos perfeitos, industriais, e de grandes multimarcas, em conjunto com a alta dos preços e uma distribuição geográfica desigual levam à insegurança alimentar. Atualmente existem diversas organizações, movimentos e institutos que buscam trabalhar com uma melhor distribuição e provimento destes alimentos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), é responsável por mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, sem agrotóxicos, diversificados e visando uma alimentação saudável. (MST 2023)

Entre outras necessidades essenciais temos a educação, a qual também foi afetada pela pandemia. De acordo com dados da CEPAL de 2020, cerca de 7,5% da população acima de 15 anos é analfabeta, no recorde de gênero temos 8,4% das pessoas do gênero feminino e 6,8% do gênero masculino. (CEPALSTAT, 2020). A falta de educação se dá por diversos problemas estruturais e institucionais, como, a necessidade do jovem de trabalhar logo cedo, e não conseguir fazer as duas coisas ao mesmo tempo, a não possibilidade de transporte por faltar de dinheiro ou de viabilidade na cidade, a falta de atenção ao jovem dentro das escolas, a alta violência nas ruas, e a uma falta de perspectiva de futuro e de oportunidades a serem apresentadas. O Estado limita os sonhos do/a jovem pobre, o levando para outros caminhos.

A necessidade de ir atrás de outros meios de sobrevivência, as crianças e adolescentes são direcionados a papéis impostos a adultos, precisando ir trabalhar ou sendo obrigados a trabalhar. De acordo com o Relatório da OIT- UNICEF, esta situação afeta cerca de 8,2 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, entre elas 33% meninas. Em relação aos setores, o relatório evidencia que 50% trabalhavam no trabalho familiar e 48,7% trabalhavam no setor agrícola, e pelo menos 50% estavam em espaços perigosos para a sua saúde, educação e bem-estar. (OIT. UNICEF, 2021) Os dados acima são referentes ao relatório de 2021, ao analisar os anos anteriores (2016 - 2020) é possível identificar a eficiência na tentativa da erradicação do trabalho infantil até 2050, em que foi ocorrido a diminuição de 2,3 milhões de crianças (OIT, 2021). Porém com a nova realidade escancarada pela pandemia, junto da perda de empregos, aumento da pobreza e o fechamento das escolas, os avanços feitos nas décadas anteriores estagnaram.

Outro efeito da pandemia, foi o alto crescimento de crianças e jovens em situação de rua. Os motivos dos jovens ficarem sem moradia são muitos, desde expulsão por brigas ou por LGBTfobia, problemas com as drogas, abusos sexuais, físicos ou emocionais, viagens só de ida para cidades grandes em busca de trabalhos, problemas de saúde mental ou também famílias inteiras que se encontram em situação de vulnerabilidade nas ruas devido ao desemprego, pobreza, entre outros tantos. Os dados no contexto regional foram difíceis de serem encontrados. De acordo com o Censo de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua de São Paulo identificou um aumento de crianças, adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade nas ruas da cidade.

Através da pesquisa foram apontados pelo menos “3.759 crianças e adolescentes, entre 0 e 17 anos e 11 meses, em situação de vulnerabilidade social, que usam as ruas para dormir, praticar atividades irregulares ou ilícitas, e que estão acolhidas em serviços da rede socioassistencial” (VIEIRA, 2022). Entre eles 59,2% são do sexo masculino, 38,7% do gênero feminino e 2,2% não informaram, majoritariamente pardos (43%) e negros (28,6%). E na separação de idades, foi evidenciado quase metade destas crianças entre 12 e 17 anos, 30% que possuem até 6 anos e 27% entre sete e 11 anos. (VIEIRA, 2022)

As expressões da “questão social” citadas acima podem ser analisadas também como formas de violência estrutural e institucional. Sendo consequências de uma construção social a partir da exploração e da opressão, as quais resultam na busca de novas perspectivas ou na obrigação de se ajustar ao sistema, de acordo com os olhos dele. Dentre os diversos motivos citados para levar alguém a sair de sua casa, foram citadas as violências sexuais, psicológicas e físicas, sendo elas intrafamiliares, institucionais e/ou estruturais. As violências dentro de casa também têm um efeito cascata no sistema violento de fora de casa.

De acordo com Jota Marques, Ex - Conselheiro Tutelar de Jacarepaguá/Rio de Janeiro, afirma que a espiral da violência está presente dentro das favelas brasileiras, e argumenta que como que uma mãe, ou um pai que viveu às margens da sociedade sendo agredidos de diversas formas no dia-a-dia, não iria reproduzir esta violência dentro de casa. Ele comenta que,

(...) Para chegar na violação existe um caminho. A violência não nasce do nada. E é isso que é fundamental da gente entender. Porque fica parecendo que ela brotou da terra. Mas às vezes a violência, e na maior parte dos casos, em territórios de vulnerabilidade, como esse povo que a gente está fazendo

o recorte aqui. Ela não é uma violência genuína, porque “sou um sujeito violento”, na verdade ela é reprodução de violências que muitas vezes “eu passei”, que “eu vi”, que “eu entendi que era assim que funcionava”. Eu sou uma expressão da minha realidade, mas essa realidade pode ser modificada a partir da minha própria ação. E essa mãe, ela nunca foi apresentada isso, ela só conheceu a violência. E como que eu vou cobrar de uma mãe que ela distribua amor, se ela só apanhou. (...) (PODCAST VAI PASSAR, 2022, 00:32:40. transcrição nossa)

Evidencia-se o quanto os meios nos modificam e em como alguns atos se tornam automáticos, quando dia-após-dia estas mulheres e homens são continuamente colocados em um espaço limitantes pelo Estado. As influências do macro ao micro e do micro ao macro se intercalam e conversam diariamente, sendo a casa uma reprodução minimalista da realidade nas ruas, que por fim reproduzem as ações agressivas no contexto internacional.

Aparte do que foi comentado acima, devemos compreender as diversas formas que as crianças são afetadas pelas violências no dia a dia, e principalmente onde supostamente elas deveriam estar a salvo, em casa. A UNICEF aponta que duas em cada quatro crianças latino-americanas entre 1 e 14 anos sofrem de violências dentro de casa, entre estas a sexual, física e psicológica, enquanto os meninos são o maior em número de homicídios, as meninas são maiores em números de violências sexuais dentro de casa. De acordo com a ABRASCO (2021),

A violência mais atendida nas unidades de saúde, **contra crianças e adolescentes de 0 a 13 anos, é o estupro**, que ocorre na própria casa da vítima em 58% dos casos **5**. Entre aqueles com 10 a 19 anos, a violência sexual é igualmente a mais sofrida, na maioria contra as meninas. **Os agressores são na maior parte os próprios pais, padrastos, familiares, namorados ou pessoas conhecidas das vítimas**. Dados mundiais assemelham-se, 90% das adolescentes de diversas nacionalidades, vítimas de violência sexual, denunciam que o autor da primeira violação era alguém próximo ou conhecido. Infelizmente, apenas 1% delas procura ajuda profissional após o estupro, pelo medo da rejeição social e familiar, e pelas ameaças sofridas pelo agressor. O terror aprofunda-se com a repetição do estupro em 38% dos casos, podendo-se prorrogar por torturantes longos períodos, quando praticada por familiares ou outros conhecidos. As consequências vão desde distúrbios emocionais, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez não desejada, até a morte da adolescente, que tira sua própria vida ou falece na tentativa de um aborto clandestino. (FLAESCHEN, 2019)

Valido também apresentar os dados referentes a abortos realizados em crianças e adolescentes. As principais causas de gravidez ainda na infância, podem ser apontados por uma vida sexual ativa e sem proteção, porém, as mais alarmantes são as gravidez derivadas de estupros e outras formas de agressões. A educação sexual deveria ser uma obrigação nas escolas, na opinião da autora, a educação voltada para

a proteção das crianças e para a prevenção, deve ser feita de forma eficiente e realista, não criminalizando o aborto ou tratando o sexo como “*tabu*”. Exemplificando os limites que devemos impor aos outros quando em referências aos nossos corpos e vontades. Diversos municípios e escolas, evidenciaram um aumento de denúncias após projetos de educação sexual, estas informações podem ser encontradas em diversos sites de notícias pelos meios de pesquisa.

Desta forma, o conhecimento pode ser refletido como uma forma de proteção das crianças, a informação dada de forma correta não deve estimular e sim, educar e orientar. Se um dos objetivos do Estado é proteger as crianças e prover os insumos para os direitos básicos, por que a proteção desta proteção só é imposta em pequenos setores da população? O Programa de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência (FIA/RJ)¹⁸, realizou uma pesquisa acerca das violências sofridas, desde agressões a abusos, pelos jovens no Rio de Janeiro em 2021.

No estudo foi possível identificar que em 58% dos casos, as crianças estão na faixa etária de 0 a 6 anos. O principal tipo de violência é o abuso sexual (49,3%), seguido pela psicológica (24,4%), física (15,6%) e negligência (10,7%). A pesquisa mostra ainda que crianças entre 7 e 11 anos representam 30% das vítimas. Além disso, os adolescentes que sofrem violência correspondem a 12%. Segundo a análise, a preferência dos autores por mais jovens pode ser explicada pelo fato de serem mais vulneráveis. O levantamento revelou também que as meninas são as que mais sofrem agressão. Elas representam 62% das vítimas, enquanto os meninos são 37,7%. (JORNAL EDIÇÃO DO BRASIL, 2021)

Como citado antes, as violências atingem os mais diversos jeitos. Se formos analisar a questão da violência policial e sistêmica, vemos que existe um diferencial entre as ações com brancos, e as ações contra negros e árabes, e analisando em um contexto internacional, entre brancos e negros, árabes e latinos. A construção das atuações sistêmicas em cima destas crianças e adolescentes é sempre com uma visão de contra-atacar, de matar e de analisar a partir do ponto que são eles os que estão em antagonismo e não vítimas. Ao longo dos anos vimos diversas manifestações do movimento negro e antirracistas, que evidenciam na prática como as forças militarizadas do Estado são treinadas para agir na violência e aplicar, na prática, a necropolítica sob os corpos racializados. Segundo Jeniffer Mendonça, para a Ponte Jornalismo, “quando comparada a taxa de letalidade policial por 100 mil habitantes,

¹⁸ O Programa desenvolve ações essencialmente dirigidas ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência física, psicológica, negligência, abandono e abuso sexual no âmbito familiar.

as vítimas negras eram duas vezes mais suscetíveis a serem mortas do que as brancas na série histórica desde 2017, período em que o Ministério Público iniciou a contabilização dos casos de letalidade por batalhão” (MENDONÇA, 2023).

No Brasil, temos diversos casos de “balas perdidas” atingindo crianças, ou melhor, casos de violência policial com crianças. De acordo com o Instituto Fogo Cruzado, em uma análise entre 3 cidades do Brasil (regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Rio de Janeiro) desde meados de 2016 até outubro de 2022 foram contabilizadas ao menos 165 crianças baleadas, em média, entre elas 124 ficaram feridas e 41 morreram (FOGO CRUZADO, 2022), todas elas negras e vítimas de um estado que segue a necropolítica. Quando analisados os adolescentes na Região Metropolitana do Recife, foi constatado que ao menos 500 adolescentes foram baleados, e que 322 morreram e 178 ficaram feridos (FOGO CRUZADO, 2022). Em 2023, até o começo de abril, pelo menos 11 crianças foram baleadas e entre elas 4 morreram (BRASIL DE FATO, 2023).

As crianças são as principais vítimas destes ataques, para além da dimensão física, mas também apresenta efeitos psicológicos de acontecimentos e de vivências parecidas, perder amigos, familiares, e vizinhos, e ver estes acontecimentos seguirem sendo culpa do Estado. E trazem a necessidade de uma intervenção estatal de mudança, além das atuações vindas de servidores sociais e de movimentos sociais.

A procura de dados e informações sobre a violência policial a crianças e adolescentes é limitante. Os números se destoam, e ao mesmo tempo conversam, em alguns Estados não são divulgadas faixa etária, em outros a informação pode ser confusa ou incompleta. A violência policial é a responsável por aproximadamente 44,40% das mortes de jovens entre 10 e 19 anos em São Paulo, e em média 15% das mortes no Brasil em 2021. (ACAYABA, 2021). As crianças se tornam estatísticas quando as margens da sociedade, consideradas muitas vezes como indigentes.

De acordo com pesquisas, após a inserção de câmeras nas fardas dos policiais na capital paulista a violência contra a população negra, pobre, indígena, diminuiu em 22% em 2021 (UNICEF, 2022). Em 2022 evitou a morte de pelo menos 68 adolescentes, porém ainda estão sendo apontadas ao menos 34 vítimas entre 15 e 19 anos e 1 vítima de 10 a 14 (MENDONÇA, 2023). Os números não podem ser banalizados e as mortes não devem ser naturalizadas como algo comum nas periferias do capitalismo.

Para Elisama Santos (2022), as violações dos direitos e uma política embasada na necropolítica, se tornam projetos políticos.

(...) É um projeto político matar os nossos sonhos, enquanto pessoas negras, Porque mata a nossa subjetividade, quando as pessoas foram trazidas da África para cá, tirou o nome, cara, tirou o nome! Separou colocou um monte de gente de países diferentes, com linguagens diferentes, para não conversar, sabe. A bel hooks fala lindamente que é ao amor que vai salvar a gente, é a gente educar para o amor. e agente educar para esta potência de que eu sou um sujeito, de que eu sonho, de que eu mereço. más que quando eu me entendo como sujeito, eu mereço mais e sonho mais. (PODCAST VAI PASSAR, 2022, 00:42:58. transcrição nossa)

Assim, as imposições e controle realizados através de opressão, superexploração e violências estruturais e institucionais, resultam em violências internas e extensas. Traumas e cicatrizes que são amortizados - por tentativas do opressor - desde a invasão dos portugueses e espanhóis. As heranças carregadas se evidenciam nas violências presentes até os dias de hoje, a maioria citada acima, porém diversas outras podem ser identificadas como: o casamento infantil, a militarização da infância, a segurança nas escolas, a mortalidade infantil e a disponibilidade de unidades de saúde em regiões mais afastadas dos centros, entre outros mais.

As consequências do capitalismo dependente nas crianças e adolescentes latino-americanos, são uma série de agressões, econômicas, sociais, físicas, psicológicas, estruturais e institucionais. As quais beiram desde a falta de direitos básicos, como moradia, acessibilidade, alimentação saudável, sistema de saúde eficiente, educação pública de qualidade ajustada às realidades diversas. Como também a falta de Direitos Humanos, como a vida, o direito de ir e vir, a liberdade, o de ser reconhecido perante a lei, entre outros. A privação da vida e da liberdade são as que mais chamam atenção, as crianças e adolescentes devem ser livres, e vistos de forma singular, a partir da série de vivências de cada um. As violências voltadas a estas categorias são reproduzidas das mais distintas formas, e destroem vidas, familiar, e histórias passadas, presentes e futuras.

As crianças e adolescentes negras, indígenas, refugiadas, LGBTQ+, com deficiência, do gênero feminino e/ou, pobres, diariamente são colocadas em posições que não lhes pertencem, que retiram sua inocência e infância, sendo forçadas diariamente a sobreviverem. A necropolítica se torna assim um projeto político de higienização de sonhos, de vidas e de futuros. Se o Estado e o Sistema Internacional não conseguem realizar a proteção necessária, cabe aos indivíduos como coletivo realizarem uma reforma popular, levantarem a conscientização social, a reparação

histórica e a exigência da demanda de políticas públicas de qualidade, que não tem um caráter assistencialista, e sim de mudança da base.

3.3. CONCLUSÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO.

Durante este capítulo, apresentamos informações e dados acerca das consequências do capitalismo dependente nas vidas das crianças e adolescentes latino-americano. Evidenciando a situação alarmante que a região se depara acerca dos direitos destes indivíduos. A vulnerabilidade social grita por todos os cantos em casa, nas escolas e na rua, alcançando as relações internacionais e sendo afetadas por estas. Os jovens são entendidos e absorvidos pela sociedade a partir de uma visão instrumentalizada tendo como base raça, classe e gênero. A partir desses marcadores apresenta-se limitações estruturais e institucionais que impedem oportunidades e possibilidade de futuros.

Quase metade da população abaixo de 18 anos se encontra na situação de pobreza na América Latina, um número maior do que a população acima dos 18 anos. Sem dinheiro, e com altos custos no mercado, a fome vem, com a fome vem a dor, a falta de saúde, e assim a falta de força física e mental. Sem forças, não se tem trabalho, e sem trabalho, não há moradia. Sem moradia, a dignidade¹⁹ se desvanece pelas mãos daqueles que não queriam estar ali, mas que o sistema não se importou. Se não há políticas públicas voltadas para a população vulnerável, não é possível a promoção de direitos e a mudança social efetiva. O sistema capitalista instiga esse ciclo vicioso, em que a adaptação e a sobrevivência falam mais alto do que a possibilidade de somente viver.

Como já era de se esperar, os dados concordam com a base teórica apresentada antes, ou seja, o capitalismo dependente gera um estado de desigualdade, guerra e de conflito nos países periféricos do capitalismo, tendo como principais afetados as pessoas racializadas, imigrantes, pobres, LGBTQ+, com deficiência e do gênero feminino. Tais conflitos vão desde violências físicas embasadas na necropolítica e no sistema patriarcal e racista, a violências estruturais como a falta de moradia, de emprego, de saneamento básico e de educação pública de qualidade, a insegurança alimentar, pública e privada.

¹⁹ A dignidade aqui não se refere à meritocracia do nobre, elevado, e sim em relação a diversos relatos de pessoas em situação de rua, os quais podem ser encontrados no Instagram e facebook do projeto social @spinvisivel.

Ao analisar os dados apresentados anteriormente, é possível observar que a estrutura atual cria um condição de insegurança para a população como um todo, mas particularmente com as crianças e adolescentes racializados. A condição de vulnerabilidade é uma consequência direta da estrutura de dependência e de uma violência sistemática. Contestando a ideia de paz negativa na região, e de que a América Latina é um território pacífico. Não existe paz, enquanto parte da população morre nas mãos do Estado, uma entidade que deveria proteger e superar as limitações impostas por eles mesmo a população. O sistema capitalista instaura assim uma recorrente situação de violências estruturais, físicas, psicológicas, e institucionais, as quais controlam a sociedade e a população dos países periféricos do capitalismo, mais ao fundo as pessoas às margens sociais destes países. Sendo estes as crianças, pobres, racializadas, imigrantes, com deficiência, LGBTQ+ e do gênero feminino, sujeitos diariamente à sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao longo do trabalho foram analisadas as crianças e adolescentes como sujeitos no cenário internacional. Apresentando desde a construção histórica da infância e das crianças, passando pela presença na agenda internacional e pela disciplina de Relações Internacionais. Para o desenvolvimento do trabalho utilizamos o conceito de interseccionalidade, as contribuições da teoria marxista da dependência e dos Estudos para a Paz. Realizou-se um panorama geral das desigualdades e outras violências que o sistema capitalista, racista e patriarcal, produz e reproduz na região ao longo dos anos, com foco nas crianças latino-americanas.

No primeiro capítulo, o olhar voltado para a infância nas Relações Internacionais, como disciplina e como cooperação entre Estados. Primeiro, dando uma base da construção social do que são as crianças e de olhares perante elas foram se modificando ao longo dos anos. Em seguida, foi analisada a presença da criança e do adolescente em conferências, fóruns, e outros eventos internacionais, assim como os principais eventos do Mercosul e da OIT na América Latina. As organizações e Estados realizam uma manutenção da guerra e da paz, desenvolvendo meios de proteção, e propagação de direitos, as quais nos documentos se direcionam a todos os países. Evidenciado uma atenção existente em relação a categoria, mas uma atenção que acaba não sendo totalmente efetiva e com uma ação setORIZADA aos países do centro capitalista.

Em seguida, dialogamos sobre a infância nas teorias das Relações Internacionais e onde elas podem ser apresentadas e discutidas em aspectos acadêmicos, mas também organizacionais. Desta forma, conseguimos notar que a infância está presente nas pesquisas acadêmicas, porém há uma invisibilização da temática em espaços oficiais de aprendizado, limitando a atenção ao tema a pessoas que realmente buscam saber mais sobre o tema e se aprofundar. Além da necessidade de atenção a todas as possíveis vertentes e ramos que a infância pode levar, desde direitos básicos, a presença no cenário internacional, a violências vividas, e entre outras tantas que se enquadram na discussão das Relações Internacionais, porém permanecem escondidas e colocadas em segundo plano.

O motivo delas serem colocadas em segundo plano, não fica totalmente claro, mas na minha opinião, acredito que seja por não serem representadas diretamente na cadeia produtiva capitalista. São colocadas assim como um “adendo”, uma

consequência e uma propagação das relações sociais de produção. Deste modo, as crianças e adolescentes são afetadas de diversas formas pelas obrigações e consequências de um sistema opressor, super exploratório e violento.

Para entender a base da opressão e da violências, compreendemos a construção das relações sociais moldadas pelo capital e pelo trabalho, instaurados por um sistema racista, patriarcal, cis heteronormativo e capacitista. Especificando como que as relações de produção são desenvolvidas, e quais as peculiaridades desenvolvidas pelo capitalismo dependente sob os países da América Latina. O resultado é uma superexploração, que gera expressões da “questão social”, como a pobreza, violência, desemprego, discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual, dificuldade de acesso à saúde, à educação e ao trabalho, falta de moradia, trabalho precário, inacessibilidade e a violação dos direitos das crianças. Afetando as margens da sociedade, os indivíduos possuem características semelhantes, aqueles que estão sujeitos a agressões, e determinações por parte do Estado em como devem ser vistos perante a sociedade.

A violência estrutural e institucional, são efeitos do capitalismo dependente. Apropriadas como forma de controle e poder, impossibilitam uma zona de paz, e o alcance de uma paz global, ou mesmo nacional, gerando guerras internas, que não são denominadas assim. A América Latina se encontra em uma Zona de Não-Guerra, onde permeia uma paz negativa, ou seja, não há guerra entre Estados-Nações devido a políticas internacionais e a falta de países e governos com focos expansionistas. Como podemos dizer que estamos vivendo em uma realidade pacífica, se temos pessoas morrendo nas mãos da polícia, de frio, de fome, e tendo que se desdobrar para conseguir ter uma vida que lhe seja digna. A paz existe para a elite, e para aqueles que lucram com a guerra. Aos que não se enquadram ao padrão branco, cis heteronormativo e patriarcal lhes cabe sobreviver.

Ao analisar os indivíduos afetados por estas desigualdade e violências, utilizamos a interseccionalidade como instrumento de análise. Percebendo as peculiaridades de cada indivíduo, como que a sociedade o vê, e como que esta pessoa está inserida nos meios, assimilando as características semelhantes entre sujeitos afetados por políticas genocidas, e deliberativas. Estas políticas são efetuadas de acordo com a cor de pele, a orientação sexual, a identidade de gênero, a eficiência, a etnia, a religião, entre outros mais. A sociedade é dividida em camadas que se sobrepõem, e que conversam entre si, um ser, não é somente uma

característica, mas um mar de vivências, sonhos, construções, realidades, e devemos olhar para estes em toda a sua totalidade de ser, olhando cada indivíduo como único e ao mesmo tempo como um todo.

Por fim, foram apresentadas as consequências do capitalismo dependente nas crianças e adolescentes da América Latina, através de dados referentes às violações de direitos humanos. Apontando as violências estruturais, econômicas, institucionais, físicas e psicológicas, vividas pelas crianças latino-americanas e os efeitos dessas agressões no desenvolvimento destes jovens. Foi possível perceber que a América Latina ainda tem um longo caminho para realizar uma efetiva proteção dos direitos das crianças e adolescentes, sendo necessário um trabalho de base, e não assistencialista, ficando em políticas públicas realmente efetivas. Voltadas a compreender a realidade dos jovens marginalizados, os fornecendo formas de viver, e não “sobreviver”.

Para modificar o cenário atual são necessários o movimento e a reforma popular. Criando conscientização e as exigências de políticas públicas de qualidades voltadas para o trabalho de base, e não assistencialista. As ações devem ser iniciadas desde a primeira infância passando pelas fases seguintes da crianças, até adolescência, afetando positivamente as perspectivas futuras, dando instrumentos e meios para uma melhoria das condições sociais de cada indivíduo. Investindo em educação, lazer, saneamento básico, saúde, moradia, mobilidade urbana, entre tantos outros, com caráter inclusivo, aplicando aos jovens formas reais, efetivas e singulares a cada indivíduo. O trabalho não deve ser feito só de forma nacional, mas também regional e internacional, a cooperação e o desenvolvimento e países não deveriam ser vistos como uma competição, e sim como uma construção conjunta de uma realidade menos violenta. Idealista? Sim. Possível? Não dentro de um sistema de competição pelo poder e de conflitos lucrativos, os indivíduos que estão às margens da sociedade são colocados em segundo plano, ou terceiro, ou quarto, vistos como inimigos do desenvolvimento.

Como já dito, as crianças são um reflexo do futuro, e os adultos atuais representam as crianças do passado. Investindo no crescimento e no desenvolvimento positivo desses sujeitos, podemos amenizar efeitos negativos gerados pela superexploração, pelas políticas genocidas e pelas guerras. Revolucionar as relações econômicas, e cortar as amarras com o sistema colonialista, seriam os ideais, mas a possibilidade de tal mudança se torna cada vez mais distante.

Então, ao ensinar e investir nas crianças e adolescentes, damos a oportunidade de serem e terem um futuro melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACAYABA, Cintia. MACHADO, Livia. **SP tem a maior proporção de mortes de crianças e adolescentes cometidas por policiais no país; 44% foram mortos pela polícia em 2020, diz estudo.** G1 Notícias. São Paulo, 22 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/10/22/sp-tem-a-maior-proporcao-de-mortes-de-criancas-e-adolescentes-cometidas-por-policiais-no-pais-44percent-foram-mortos-pela-policia-em-2020-diz-estudo.ghtml>>. Acesso em: 18 de maio de 2023

ADOLF, Antony. **Peace: a world history.** Polity, 2009.

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS - ACNUR. **Infância desaparecida: conheça a história de crianças refugiadas.** 11 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/10/11/infancia-desaparecida-conheca-a-historia-de-criancas-refugiadas/>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

AGÊNCIA SENADO. **Promulgado acordo para proteção a crianças e adolescentes no Mercosul.** 3 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/03/promulgado-acordo-para-protecao-a-criancas-e-adolescentes-no-mercosul#>>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** Coordenação Djamilia Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVARENGA, Samanta Francine Pinto. **A Dupla Vulnerabilidade Da Criança Refugiada e Sua Proteção No Brasil.** 2019. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2019.

América Latina e Caribe: Mais de 13,8 milhões de pessoas passaram a sentir fome em apenas um ano. **Organização Pan-americana de Saúde (OPAS).** 30 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/30-11-2021-america-latina-e-caribe-mais-138-milhoes-pessoas-passaram-sentir-fome-em-apenas>> Acesso em 9 de maio de 2023.

América Latina e Caribe se distanciam do objetivo de erradicar o trabalho infantil devido à pandemia. **Organização Internacional do Trabalho (OIT).** 11 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_802530/lang--pt/index.htm> Acesso em: 9 de maio de 2023.

ARGENTINA. Ley 26.061 de 26 de octubre de 2005. Dispone sobre la Ley De Protección Integral De Los Derechos De Las Niñas, Niños Y Adolescentes. **Diário Oficial,** Buenos Aires, 2005

ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família.** Rio de Janeiro: LTC, 1981.
Ataque russo a hospital infantil e maternidade em Mariupol é crime de guerra, diz Zelensky. **BBC News,** 9 de março de 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60683056>>. Acesso em 10 de abril de 2023

BADARÓ, Lúbia. **Múltiplas Expressões Da Questão Social Ecoam Sobre A Infância E Juventudes.** SER Social, v. 15, n. 32, p. 167-183, 2013.

BAMBIRRA, Vânia. **El capitalismo dependiente latinoamericano.** México, D.F.: Siglo veintiuno, 1979 [1972].

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo Dependente Latino-Americano.** Florianópolis: Insular, 2012.

BEIER, Marshall. **Discovering Childhood in International Relations.** New York, NY. Palgrave Macmillan. 2020.

BEZERRA LINS, Samuel Lincoln; OLIVEIRA COUTINHO DA SILVA, Maria de Fátima; BEZERRA

LINS, Zoraide Margaret and FERES CARNEIRO, Terezinha. **The understanding of childhood as a social and historical construction**. CES Psicol [online]. 2014, vol.7, n.2, pp.126-137. ISSN 2011-3080.

BICHIR, Maíra Machado. **A questão do Estado e do poder político na tipologia de Vânia Bambirra**. Germinal: marxismo e educação em debate, v. 14, n. 1, p. 166-191, 2022.

BOLÍVIA. Ley N°2.026 de 14 de outubro de 1999 Dispõe sobre o Código del Niño, Niña y Adolescente. **Diário Oficial**, La Paz, 1999.

O Brasil é líder no ranking de violência contra crianças e adolescentes da América Latina. **Jornal Edição do Brasil**. 14 de maio de 2021. Disponível em: <<https://edicaodobrasil.com.br/2021/05/14/brasil-e-lider-no-ranking-de-violencia-contras-criancas-e-adolescentes-da-america-latina/>> Acesso em: 10 de maio de 2023.

BRASIL. Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990, Dispõe sobre o Estatuto da Criança e de outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1990.

BURMAN, Erica; GREENSTEINA, Anat; KUMARB, Manasi. **Frames And Debates for Disability, Childhood and The Global South: Introducing the Special Issue**. Disability and the Global South, 2015 OPEN ACCESS Vol.2, No. 2, 563-569.

CASSIDY, Amy. Unicef diz que 1,5 milhão de crianças fugiram da Ucrânia desde o início da guerra. **CNN Brasil**. 19 de março de 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/unicef-diz-que-15-milhao-de-criancas-fugiu-da-ucrania-desde-inicio-da-guerra/>> Acesso em: 10 de abril de 2023.

CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

CAMERON, S. **The Role of Children as Peace-Makers in Colombia**. Development, 43(1), 40–45. 2000.

CHILE. Ley N°. 21.430 de 4 de março de 2022. Dispõe sobre Garantías y Protecciones Integral de los Derechos de La Niñez y Adolescencia. **Diário Oficial**, Santiago, 2022

COLÔMBIA. Ley N° 1098 de 14 de novembro de 2006. Dispõe sobre o Código de la Infancia y la Adolescencia. **Diário Oficial**, Bogotá, 2006.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. CEPALSTAT - Estatísticas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Disponível em: <<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=1&lang=e>>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. **Panorama Social da América Latina e do Caribe, 2022**. Resumo executivo (LC/PUB.2022/16/-*), Santiago, 2022

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Santiago: CEPAL

Convenção de Genebra IV relativa à proteção de pessoas civis em tempo de guerra. Genebra, 12 de agosto de 1949. Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrrj.br/onu2-11-4.html>> Acesso em: 8 de abril de 2023.

Convención Interamericana sobre Obligaciones Alimentarias y su Ámbito de Aplicación. Montevideo, Uruguai. 15 de julho de 1989. Disponível em: <<https://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/b-54.html#>>. Acesso em: 8 de abril de 2023

Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores de 1989. Montevideu, Uruguai, 15 de julho de 1989. Disponível em: <<https://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/b-54.html#>>. Acesso em: 8 de abril de 2023.

Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores. Cidade do México, México. 18 de março de 1994 Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/b-57.htm>>. Acesso em: 9 de abril de 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança.** Nova York, 20 de novembro de 1989. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca#>>. Acesso em: 8 de abril de 2023.

CRUZ, Gislaíne Azevedo; SARAT, Magda. **História da infância no Brasil: contribuições do processo civilizador.** Educação e Fronteiras, v. 5, n. 13, p. 19-33, 2015.

DE PAIVA, Giovanna Ayres Arantes. **Crianças e (In)Segurança [Recurso Eletrônico]: A Construção de Narrativas Sobre Crianças Soldado na Agenda Internacional.** Campinas, SP. UNICAMP/IFCH; PPGRI San Tiago Dantas, 2021.

DE OLIVEIRA, Dennis. **A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder.** Revista Extraprensa, v. 11, n. 2, p. 39-57, 2018.

DEL PRIORE, Mary. **O cotidiano da criança livre entre colônia e império.** In: História da infância no Brasil. 4ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

DILIGENTI, Marcos; ARAUJO, Ricardo Souza. **Questão Social frente à Dependência e ao Colonialismo no Brasil.** 2022.

DUARTE-VILLA, Rafael. A. de Souza Pimenta, Marília. C. B (2016). **A longa paz na América do Sul: questionamentos às teses da paz negativa na região.** Papel Político, 21(2), 435-468.

Duas em cada três crianças na América Latina e no Caribe sofrem violência em casa. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Panama, 31 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/duas-em-cada-tres-criancas-na-america-latina-e-no-caribe-sofrem-violencia>> Acesso em: 10 de maio de 2023.

ECUADOR. Ley N° 2.002-100 de 3 de janeiro de 2003. Dispõe sobre Código de la Niñez y Adolescencia. **Diário Oficial**, Quito, 2003.

El Salvador Decreto No. 839 de 15 de abril de 2009. Dispõe sobre Ley De Protección Integral De La Niñez Y Adolescencia. **Diário Oficial**, San Salvador, 2009

FEDERAÇÃO DAS ONGS DE DESENVOLVIMENTO DA GUINÉ-BISSAU - FECONGD. **Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança.** Etiópia, Julho de 1990. Disponível em: <<https://fecong.org/pdf/crianca/CartaAfricanaDC.pdf>>. Acesso em: 8 de abril de 2023.

FERREIRA, Bia. **De dentro do AP. Igreja Lesbiteriana, Um Chamado.** Colmeia 22. 13 de setembro de 2019. Formato: arquivo de áudio. Acesso em: <<https://open.spotify.com/track/4dTQw3EITwrTSIA0JcVs8s?si=4dab0e9235ca42d2>> Acesso em: 19 de maio de 2023.

FLAESCHEN, Hara. **Sobre a violência contra crianças, adolescentes e jovens brasileiros.** Associação Brasileira de Saúde Coletiva. 27 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/sobre-a-violencia-contra-criancas-adolescentes-e-jovens-brasileiros/40061/>> Acesso em: 9 de maio de 2023.

FRABNONI, Franco. **A Escola Infantil entre a cultura da Infância e a ciência pedagógica e didática.**

In: ZABALZA, Miguel A. *Qualidade em Educação Infantil*. Porto Alegre. Artmed, 1998.

FOGO CRUZADO. **500 adolescentes baleados no Grande Recife**. 12 de dezembro de 2022. Disponível em: <<https://fogocruzado.org.br/500-adolescentes-baleados-grande-recife>>. Acesso em: 06 de maio de 2023.

FOGO CRUZADO. **Fogo Cruzado registra 165 crianças baleadas**. 11 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://fogocruzado.org.br/dia-das-criancas-2022>>. Acesso em: 06 de maio de 2023.

Fome na América Latina e Caribe atinge 59,7 milhões de pessoas. **Nações Unidas - Brasil**. 30 de novembro de 2021. Disponível em <<https://brasil.un.org/pt-br/160953-fome-na-am%C3%A9rica-latina-e-caribe-atinge-597-milh%C3%B5es-de-pessoas>>. Acesso em: 09 de maio de 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Violencia contra niños, niñas y adolescentes en América Latina y el Caribe 2015-2021**: Una revisión sistemática. Resumen Ejecutivo. Panama, Outubro de 2021.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. UNICEF, para cada criança. Sobre o UNICEF. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef>>. Acesso em 10 de abril de 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Mortes de crianças e adolescentes por crimes violentos e intervenção policial caem no estado de São Paulo**. 21 de junho de 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/mortes-de-criancas-e-adolescentes-por-crimes-violentos-e-intervencao-policial-caem-no-estado-de-sao-paulo>>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

GARBIN, Isabela. **Direitos Humanos e Relações Internacionais**. São Paulo, SP. Contexto, 2021. Coleção: Relações Internacionais. Coordenador: Antônio Carlos Lessa.

Grande Rio tem 11 crianças baleadas nos primeiros meses de 2023, segundo Fogo Cruzado. **Brasil de Fato**. 6 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.brasildetatorj.com.br/2023/04/06/grande-rio-tem-11-criancas-baleadas-nos-primeiros-meses-de-2023-segundo-fogo-cruzado>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

GUATEMALA. Ley N° 27 de 4 de junho de 2003. Dispõe sobre la Ley de Protección Integral de la Niñez y Adolescencia (PINA). **Diario Oficial**, Ciudad de Guatemala, 2003.

HONDURAS. Decreto N° 73-96 de 17 de junio de 1996. Dispõe sobre o Código de la Niñez y la Adolescencia. **Diário Oficial**, Tegucigalpa, 1996

IAMAMOTO, Marilda vilela. **A questão social no capitalismo**. In: Temporalis/ Associação. Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2 Ed. Ano 2, n. 3, jan./jul., 2001.

LÊNIN, I. I. Os princípios do socialismo e a guerra de 1914-1915. BRAILLARD, P. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990.

LIEBEL, M. **Children's Social Movements in Latin America**. *Forschungsjournal Neue Soziale Bewegungen*, 9(1), 96–101. 1996.

MANO A MANO: Galo de Luta e Chavoso da USP. Entrevistados: Paulo Galo e Thiago Torres. Entrevistadores: Mano Brown e Semayat Oliveira. 11 de maio de 2023. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/48TZMEctWixBQzIFpJNhi0?si=6d42cc42a7794e7a>>. Acesso em 17 de maio de 2023.

MANO A MANO: Sueli Carneiro. Entrevistada: Sueli Carneiro. Entrevistadores: Mano Brown e Semayat Oliveira. 26 de maio de 2022. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/48TZMEctWixBQzIFpJNhi0?si=6d42cc42a7794e7a>>. Acesso em 17 de maio de 2023.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. *Geminal: marxismo e educação em debate*, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Acción e ideologia: psicologia social desde Centroamérica**. San Salvador: UCA, 2012.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabucco; BANDARRA, Leonardo. **Triply Silenced Agents: Cognitive Structures and Girl Soldiers in Colombia**. *Critical Studies on Security*, v. 8, n. 3, p. 223-239, 2020.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política de Morte**, traduzido por Renata Santini - São Paulo: ed 1. 2018.

MENDONÇA, Jennifer. **Câmeras nas fardas salvaram 68 adolescentes de serem mortos pela PM de SP, aponta estudo**. *Ponte Jornalismo*. 16 de maio de 2023. Disponível em: <<https://ponte.org/cameras-nas-fardas-salvaram-68-adolescentes-de-serem-mortos-pela-pm-de-sp-aponta-estudo/>> Acesso em: 19 de maio de 2023.

MÉXICO. Ley General de Los Derechos de Niñas, Niños Y Adolescentes de 23 de mayo de 2022. **Diário Oficial de la Federation**, Ciudad de México, 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **A Jornada Nacional de Lutas de 2023 reafirma a necessidade da Reforma Agrária Popular**. 20 de abril de 2023. Disponível em: <<https://mst.org.br/2023/04/20/jornada-nacional-de-lutas-de-2023-reafirma-necessidade-da-reforma-agraria-popular/>>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

NICARÁGUA. Ley No. 287 de 24 de março de 1998. Dispõe sobre o Código de la Niñez y la Adolescencia. **Diário Oficial**, Managua, 1998

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. **Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais**. *Carta Internacional*, v. 12, n. 1, p. 148-172, 2017.

ONU BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs#>>. Acesso em: 8 de abril de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA - FAO. **Panorama Regional de Segurança Alimentar e Nutricional 2021**. Roma: FAO, 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Convenção 182 da OIT sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação**. 1 de julho de 1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA INFANCIA - UNICEF. **Trabajo Infantil: Estimaciones Mundiales, 2020, Tendencias y El Camino a Seguir**. Resumen Ejecutivo. Junio de 2021.

Os dados que mostram explosão no número de ataques a escolas no Brasil. **BBC News**, 5 de abril de 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckryl4epnpeo>>. Acesso em 17 de abril de 2023.

PAGNI, Pedro Ângelo. **Infância, Arte De Governo Pedagógica E Cuidado De Si. Educação & Realidade**, v. 35, n. 3, p. 99-123, 2010.

PANAMÁ. Ley N° 171 de 15 de octubre de 2020. Dispone sobre la Protección Integral a la Primera Infancia y al Desarrollo Infantil Temprano. **Diario Oficial**, Ciudad de Panamá, 2020

PARAGUAI. Ley N° 1680 de 27 de marzo de 2003. Dispone sobre o Código de la Niñez y la Adolescencia Y Leyes Complementarias de Paraguay. **Diário Oficial**, Asunción, 2005.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais. Temas, Atores e Visões**. 1ª ed. Petrópolis. Editora Vozes (2004).

PERU. Ley N° 27337 de 21 de julho de 2000. Dispone sobre o Código de los Niños Y Adolescentes. **Diário Oficial**, Lima, 2000.

PRIMEIRA INFÂNCIA EM PAUTA. **A criança e os objetivos da ONU: a primeira infância acelerando os ODS**. Disponível em: <<https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/a-crianca-e-os-objetivos-da-onu-a-primeira-infancia-acelerando-os-ods.html>>. Acesso em: 9 de abril de 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE - OPAS. **Relatório da ONU: 131 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe não têm acesso a uma dieta saudável**. 19 de Janeiro de 2023.. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/19-1-2023-relatorio-da-onu-131-milhoes-pessoas-na-america-latina-e-no-caribe-nao-tem#>> Acesso em 9 de maio de 2023.

RICHMOND, Oliver. **Peace in international relations**. Routledge, 2003.

RIDIAC. **Informe Anual da Crianças e Adolescentes em Situação de Rua na América Latina**. [S.l.: s.n.,] 2020/04.

RIZZINI, Irene (Org.). **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto interamericano Del Niño; Universitária Santa Úrsula; Amais, 1995.

ROCHA, MIRELLA. **“Questão Social” Na América Latina: Acumulação Primitiva E Superexploração Da Força De Trabalho**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 16, n. 1, 2018.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. **TRAÇOS DA MILITARIZAÇÃO DA INFÂNCIA: o fuzil é pequeno, pouco pesa, mas serve para a defesa da república do brasil**. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de et al (org.). **HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO: múltiplas narrativas**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2107. p. 197-211.

SOUZA, Rosa Fátima de. **A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira**. Cadernos cedes, v. 20, p. 104-121, 2000.

STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TED Talk. **Emmanuel Jal: The Music of a War Child**. Youtube. 07 de agosto de 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nF_dHdNOgSA>

TENÓRIO, Vivianne Wanderley Araújo. FALCÃO, Wanda Helena Mendes Muniz. **Crianças, Infância e Conflitos Armados: Análises Das Conjunturas Global E Regionais**. Erechim: Deviant, 2017. Brasil

TRIP. **Para Matar a Fome: Comida Invisível**. São Paulo, 25 de abril de 2023. Instagram: @revistatrip. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Crd_yWLYxW/>. Acesso em: 19 de maio de 2023.

URUGUAY. Ley N° 17.823 de 26 de agosto de 2004. Dispõe sobre o Código de la Niñez y la Adolescencia. **Diário Oficial**, Montevideo, 2004.

VAI PASSAR: Infância nas favelas com Jota Marques. Entrevistado: Jota Marques. Entrevistadores: Elisama Santos e Thiago Queiroz. 11 de maio de 2022. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/0QQFdDCzlw3hvfROMV7PP?si=e69d3c699cb548a2>>. Acesso em 17 de maio de 2023.

VENEZUELA. Ley Orgánica Para La Protección Del Niño Y Del Adolescente (LOPNA) de 2 de octubre de 1998. **Diário Oficial**, Caracas, 1998.

VIEIRA, Roberto. **O Censo de Crianças e Adolescentes em situação de rua revela que mais de 70% deles estão em busca de recursos financeiros para sobreviver**. Cidade de São Paulo, Assistência e Desenvolvimento Social. São Paulo. 30 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=332785>. Acesso em 10 de maio de 2023.

WALLERSTEIN, I. **The modern world-system: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the Sixteenth Century**. Nova York: Academic Press, 1974.